

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO
LINHA DE PESQUISA: ESTUDOS ORGANIZACIONAIS E SOCIEDADE

JAQUELINE BARRETO SANTOS d'ESQUIVEL

PRÁTICAS COTIDIANAS E PROCESSOS DE TERRITORIALIZAÇÃO DAS
FUNCIONÁRIAS TERCEIRIZADAS DA LIMPEZA: UM ESTUDO NA
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA (UESB), CAMPUS DE
VITÓRIA DA CONQUISTA

Apoio: CAPES

Maringá
2025

JAQUELINE BARRETO SANTOS d'ESQUIVEL

**PRÁTICAS COTIDIANAS E PROCESSOS DE TERRITORIALIZAÇÃO DAS
FUNCIONÁRIAS TERCEIRIZADAS DA LIMPEZA: UM ESTUDO NA
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA (UESB), CAMPUS DE
VITÓRIA DA CONQUISTA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração (Mestrado) como requisito parcial para a obtenção do título de mestra em Administração.

Orientadora: Elisa Yoshie Ichikawa

Apoio: CAPES

ODSs Contemplados: 1, 3, 5, 8, 10 e 16.

Maringá
2025

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
(Biblioteca Central - UEM, Maringá - PR, Brasil)

D473p

D'Esquivel, Jaqueline Barreto Santos

Práticas cotidianas e processos de territorialização das funcionárias terceirizadas da limpeza : Um estudo na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), Campus de Vitória da Conquista / Jaqueline Barreto Santos D'Esquivel. -- Maringá, PR, 2025.
91 f. : il. color., figs.

Orientadora: Profa. Dra. Elisa Yoshie Ichikawa.

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Departamento de Administração, Programa de Pós-Graduação em Administração, 2025.

1. Trabalhadoras terceirizadas de limpeza. 2. Certeau, Michel de, 1925-1986. 3. Práticas cotidianas. 4. Territorialização. I. Ichikawa, Elisa Yoshie, orient. II. Universidade Estadual de Maringá. Centro de Ciências Sociais Aplicadas. Departamento de Administração. Programa de Pós-Graduação em Administração. III. Título.

CDD 23.ed. 658.834

Ademir Henrique dos Santos - CRB-9/1065

ATA DE DEFESA PÚBLICA

Cooperação entre Instituições para Qualificação de Profissionais de Nível Superior (PCI) – UEM/UESB

Aos vinte e sete dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e cinco, às dez horas, realizou-se a apresentação do Trabalho de Conclusão da Turma Temporária de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Administração UEM/UESB - Cooperação entre Instituições para Qualificação de Profissionais de Nível Superior (PCI), sob o título: "Práticas cotidianas e processos de territorialização das trabalhadoras terceirizadas da limpeza: um estudo na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), campus de Vitória da Conquista", de autoria de **JAQUELINE BARRETO SANTOS d'ESQUIVEL**, aluna(o) do Programa de Pós-Graduação em Administração (Mestrado) – Área de Concentração: Organizações e Mercado. A Banca Examinadora esteve constituída pelos docentes: Dr^a Elisa Yoshie Ichikawa (presidente), Dr. Leonardo Tonon (membro examinador externo –PPGA-CT/UTFPR) e Dr. William Antonio Borges (membro examinador do PPA).

Concluídos os trabalhos de apresentação e arguição, a banca examinadora faz constar a(o) candidata(o) a condição de aprovada (Aprovado / Aprovado com correções / Reformulação do trabalho / Reprovado) pela Banca Examinadora. E, para constar, foi lavrada a presente Ata, que vai assinada pelo coordenador e pelos membros da Banca Examinadora.

OBS: Esta ata não vale como certificado de conclusão do curso de pós-graduação em Administração. A obtenção da titulação de mestre em Administração está condicionada ao depósito da versão definitiva em PDF e não editável, com todas as correções feitas e atestadas pelo orientador, com a ficha catalográfica da BCE/UEM, no prazo máximo estabelecido no regimento do Programa, de acordo com a condição de aprovação.

EM TEMPO: Houve alteração no título da dissertação? Se sim, descrever aqui:

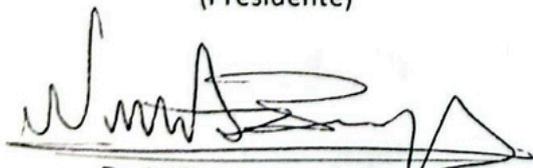
OBS: Em caso de "REFORMULAÇÃO DO TRABALHO", haverá necessidade de nova defesa pública?

SIM; NÃO

Maringá, 27 de maio de 2025.



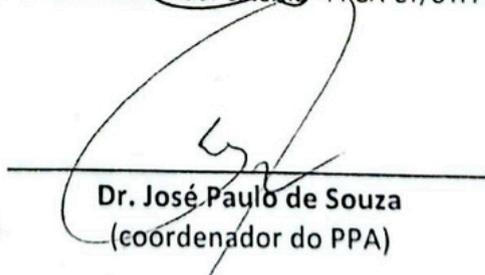
Dr^a Elisa Yoshie Ichikawa
(Presidente)



Dr. William Antonio Borges
(membro examinador do PPA)



Dr. Leonardo Tonon
(membro examinador externo –PPGA-CT/UTFPR)



Dr. José Paulo de Souza
(coordenador do PPA)

Dedicatória

Meu filho é minha maior inspiração, a razão pela qual busco sempre ser melhor, por ele e para ele.

Meus pais são a fonte de toda a minha força e sabedoria, sua dedicação e valores moldaram quem sou e continuam a me inspirar a cada passo.

Meu esposo, que é meu alicerce e fonte constante de apoio.

Minha irmã é uma inspiração de força e coragem.

Agradecimentos

A jornada até aqui foi desafiadora, mas extremamente gratificante. Desde o início do processo seletivo, eu sabia que o caminho seria árduo — e, na prática, ele superou minhas expectativas. Conciliar o mestrado com uma carga horária reduzida de trabalho — com liberação de apenas 30% da jornada semanal para dedicação aos estudos — parecia, por vezes, impossível. No entanto, transformei a dificuldade em aliada, e cada obstáculo me impulsionou a ser mais produtiva e atenta. Vibrei com cada etapa, com cada apresentação, mas também chorei, achando que não daria conta.

Agradeço, primeiramente, a **Deus** e a **Nossa Senhora**, por me amparem nos momentos de desânimo e por me darem força para seguir adiante.

Meu filho, **Murilinho**, foi uma fonte constante de inspiração e ternura ao longo de todo esse processo. Seus beijos, abraços e o jeitinho carinhoso com que perguntava: “faltam quantas páginas?”, renovavam minha motivação dia após dia. Em meio à correria e aos desafios do mestrado, ele me lembrou o que realmente importa. Sou imensamente grata por ser sua mãe, meu amor.

Meus pais, **Francisco** e **Maria**, sempre me incentivaram a buscar o conhecimento, lembrando-me de que a educação é transformadora e de que quem a possui tem um tesouro. Foram eles que me deram o que há de mais precioso: princípios, fé e garra. Eles, que não tiveram a oportunidade de ir tão longe nos estudos, sempre incentivaram a mim e à minha irmã. É por vocês! Ao meu pai, que, com seu trabalho árduo como marceneiro, me proporcionou a chance de estudar e celebrou comigo a aprovação no vestibular da UESB. À minha mãe, que, com sua dedicação incansável, cuidou da nossa família e vibrou com cada conquista. Ela, que, por vezes, veio dar suporte a Murilo com Murilinho, para que eu pudesse estudar para as aulas do mestrado e viajar a Maringá para realizar a defesa.

Ao meu esposo, **Murilo**, agradeço pela parceria incondicional. Ele abriu mão de suas próprias necessidades para que eu pudesse me dedicar ao mestrado, cuidando do nosso filho e oferecendo todo o suporte necessário. Em tantos momentos, foi ele quem preparou o café para que eu despertasse do sono e conseguisse continuar as leituras, quem me trouxe o prato com o almoço ou a janta quando eu me esquecia da hora de me alimentar. Juntos, superamos os desafios e conquistamos este importante objetivo, reafirmando que o casamento é, acima de tudo, uma construção diária de afeto, cuidado e companheirismo.

Minha irmã **Aline**, embora distante, esteve sempre presente por meio de suas orações e carinho, transmitindo-me força e apoio constantes. A ela, deixo minha eterna gratidão pelo cuidado dedicado aos nossos pais, especialmente considerando que minha distância me impede

de estar fisicamente presente no cotidiano.

Aos meus amigos e colegas do Núcleo de Atenção Integral ao Servidor (NAIS), **Paty** e **Romildo**, agradeço pelos conselhos, orações, preocupação e apoio constantes, que foram fundamentais nos momentos em que o mestrado exigia mais de mim. Levarei a amizade de vocês para sempre comigo. Aos demais colegas do NAIS — **Dany Sampaio, Giovana, Dany Tavares, Lucas Gomes** e **Alessandro**— agradeço pelo suporte no setor, que me permitiu focar no trabalho de campo e manter o Núcleo em perfeito funcionamento. Ao colega **Tayrone**, que, já próximo à minha defesa, assumiu parte das minhas responsabilidades auxiliando **Romildo** e me proporcionando tranquilidade para focar integralmente na preparação para o processo de defesa, deixo meu profundo agradecimento.

Minha orientadora, **Elisa Ichikawa**, foi um pilar fundamental nesta jornada. Mais do que uma orientadora, foi uma guia sensível e inspiradora, que soube equilibrar firmeza acadêmica com humanidade. Foi ela quem me apresentou Michel de Certeau e me ensinou a importância de olhar para o outro — especialmente para aqueles que permanecem à margem, muitas vezes invisibilizados. Com sua leveza, escuta generosa, sensibilidade e tranquilidade, me conduziu com segurança mesmo nos momentos mais difíceis, oferecendo apoio constante e encorajamento sincero. Seu olhar cuidadoso e sua confiança em meu potencial foram decisivos para que eu seguisse em frente. Sou profundamente grata por tudo que compartilhamos. Que haja mais Elisãs no mundo acadêmico: profissionais que, além de orientarem, acolhem e transformam.

A todos os **professores do Minter**, que partilharam seus conhecimentos com dedicação e generosidade, o meu sincero agradecimento.

Agradeço também ao **Bruhmer**, secretário do PPA/UEM, que atuou como nosso principal contato ao longo deste processo, mantendo comunicação frequente com a turma e prestando apoio essencial para o desenvolvimento das atividades.

Agradeço também à secretária **Michelle**, do Comitê Permanente de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos da UEM, pela sensibilidade e compreensão demonstradas ao me orientar quanto à submissão do meu projeto à Plataforma Brasil.

Ao amigo **Francisco Carvalho** (*in memoriam*), que conhecia minha trajetória e, mesmo ciente de todas as demandas de trabalho que eu enfrentava, acreditou que eu seria capaz de fazer uma boa seleção e conquistar o primeiro lugar. Xico, deu certo!

Aos colegas **Esdras, Rogério** e **Marcelo** obrigada pelo incentivo.

Aos **colegas do Minter**, por dividirem comigo esta jornada em busca do título de mestre em Administração, meu agradecimento.

Agradeço também aos professores do Departamento de Ciências Sociais Aplicadas (DCSA), **Elinaldo, Madalena e Maristela**, por gentilmente compartilharem seus conhecimentos.

Ao prefeito de Campus, **Adriano**, e ao supervisor **Fábio Cabral**, agradeço por facilitarem o acesso ao campo.

Com especial carinho, agradeço também às **mulheres ordinárias, terceirizadas da limpeza**, que, com suas práticas diárias, dedicação silenciosa e bom humor, não apenas mantiveram os espaços acolhedores e dignos, mas também me inspiraram profundamente. Os cafés partilhados, as risadas espontâneas e os pequenos gestos de cuidado marcaram minha trajetória e, em meio a uma rotina muitas vezes invisibilizada, foram elas que me mostraram, com simplicidade e generosidade, a força e a beleza do cotidiano.

A cada um de vocês expresso o meu carinho e gratidão.

"Aos seus anjos ele dará ordens a teu respeito, para te guardarem em todos os teus caminhos." (Salmo 91:11)

RESUMO

Esta dissertação teve como objetivo compreender de que forma as práticas cotidianas das trabalhadoras terceirizadas da limpeza da UESB - campus de Vitória da Conquista - contribuem para seus processos de territorialização no contexto do ambiente de trabalho. Com base nos preceitos de teóricos como Certeau (2012), Certeau, Giard e Mayol (2013) e Raffestin (2003) acerca de cotidiano e territorialização, foi possível compreender como são forjadas as práticas na construção dos espaços ocupados pelos sujeitos, cujo processo muitas vezes subverte as lógicas de poder institucional, bem como são constituídos por mecanismos de resistência e antidisciplina. A pesquisa, de caráter qualitativo, foi realizada por meio da observação não participante, bem como de entrevistas semiestruturadas, apoiadas pelas anotações de campo realizadas ao longo do processo. Para o alcance dos meus objetivos, a investigação fundamentou-se no paradigma interpretativo, tanto numa perspectiva ontológica quanto epistemológica. A interpretação dos resultados se deu por meio da análise das narrativas das participantes, bem como do referencial teórico. Com base nos resultados foi possível inferir que as práticas cotidianas das trabalhadoras terceirizadas da limpeza está marcada pela adoção de táticas e estratégias com vistas à subversão da lógica institucional no que diz respeito à apropriação de seus espaços. É na resistência de suas práticas que essas trabalhadoras buscam ultrapassar a condição de invisibilizadas, aportando conhecimentos e saberes para além daqueles produzidos e validados institucionalmente, num contínuo processo de territorialização.

Palavras-chave: trabalhadoras terceirizadas de limpeza; práticas cotidianas; territorialização; Michel de Certeau.

ABSTRACT

This dissertation aimed to understand how the daily practices of outsourced cleaning workers at UESB - Vitória da Conquista campus - contribute to their territorialization processes in the workplace context. Based on the precepts of theorists such as Certeau (2012), Certeau, Giard and Mayol (2013), and Raffestin (2003) regarding everyday life and territorialization, the study allowed us to understand how practices are forged in the construction of spaces occupied by subjects, whose process often subverts institutional power logics, as well as being constituted by mechanisms of resistance and anti-discipline. This qualitative research was conducted through non-participant observation and semi-structured interviews, supported by field notes taken throughout the process. To achieve its objectives, the investigation was grounded in the interpretive paradigm, from both ontological and epistemological perspectives. The interpretation of results was carried out through the analysis of participants' narratives, as well as through the theoretical framework. Based on the results, it was possible to infer that the daily practices of outsourced cleaning workers are marked by the adoption of tactics and strategies aimed at subverting the institutional logic regarding the appropriation of their spaces. It is through the resistance in their practices that these workers seek to overcome their condition of invisibility, contributing knowledge and expertise beyond those produced and institutionally validated, in a continuous process of territorialization.

Keywords: outsourced cleaning workers; everyday practices; territorialization; Michel de Certeau.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – UESB, Campus de Vitória da Conquista

Figura 2 – Corredor de um dos Módulos de Trabalho

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Descrição das entrevistadas

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AGP: Assessoria de Gestão de Pessoas

COVID-19: Coronavirus Disease 2019

DCSA: Departamento de Ciências Sociais Aplicadas

GRH: Gerência de Recursos Humanos

IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

NAIS: Núcleo de Atenção Integral ao Servidor

PCU: Prefeitura de Campus

PMVC: Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista

PROEX: Pró-Reitoria de Extensão

PROGRAD: Pró-Reitoria de Graduação

PROPPi: Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação

REDA: Regime Especial de Direito Administrativo

SEI Bahia: Sistema Eletrônico de Informações da Bahia

SERGE: Sugerência de Serviços Gerais

SIF: Setor de Informações Funcionais

TCLE: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

UESB: Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
1.1	A PROBLEMATIZAÇÃO DA PESQUISA	17
1.2	OBJETIVOS	20
1.2.1	Objetivo Geral	20
1.2.2	Objetivos Específicos	20
1.3	JUSTIFICATIVA	21
2	REFERENCIAL TEÓRICO	24
2.1	A CONSTRUÇÃO DO COTIDIANO	25
2.1.1	O Extraordinário no Ordinário	26
2.1.2	Usos e Consumos	27
2.1.3	Entre Táticas e Estratégias	29
2.1.4	Conveniência	30
2.1.5	Resistências e Antidisciplinas	32
2.2	DO COTIDIANO À TERRITORIALIZAÇÃO	33
2.3	TERCEIRIZAÇÃO DO SERVIÇO PÚBLICO	39
2.3.1	Feminização e Terceirização: a Intersecção das Desigualdades de Gênero no Ambiente de Trabalho	40
3	PERCURSO METODOLÓGICO.....	44
3.1	TIPO DE PESQUISA.....	44
3.2	INSTRUMENTOS DE COLETAS DE DADOS	45
3.3	CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA DE CAMPO	46
3.4	ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS.....	48
4	A ENTRADA NO CAMPO: UESB – COTIDIANO E ESPAÇO DE TRABALHADORAS TERCEIRIZADAS	50
4.1	INFORMAÇÃO GERAL DO CAMPO	51
5	TÁTICAS, ESTRATÉGIAS E RESISTÊNCIAS PRATICADAS PELAS TRABALHADORAS TERCEIRIZADAS DA UESB	54
6	PROCESSO DE TERRITORIALIZAÇÃO DAS TRABALHADORAS TERCEIRIZADAS NA UESB	66
6.1	A APROPRIAÇÃO SIMBÓLICA DO ESPAÇO INSTITUCIONAL	67
7	CONCLUSÃO	74
	REFERÊNCIAS	78
	APÊNDICES APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA.....	87
	APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	89

1 INTRODUÇÃO

A universidade desempenha um papel fundamental na sociedade, atuando como um centro de conhecimento e transformação. Segundo Fernandes *et al.* (2012, p. 170), "(...) algumas das maiores virtudes e expressões do compromisso social da universidade são identificadas por meio de suas ações de pesquisa, ensino e extensão, consideradas atividades básicas do ensino superior". Essas atividades não apenas disseminam conhecimento, mas também promovem a reflexão crítica e a transformação social, envolvendo tanto a comunidade acadêmica quanto a sociedade em geral. A universidade se estabelece, assim, como um agente importante na formação de cidadãos conscientes e comprometidos com o desenvolvimento social e humano.

Ao aplicar essa perspectiva à Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), é possível perceber a relevância de seu papel de liderança no contexto regional. A UESB tem desempenhado um papel central no desenvolvimento local, não apenas formando profissionais qualificados, mas também promovendo ações de extensão que impactam diretamente as comunidades da região. Através de projetos que abordam questões sociais, culturais e ambientais, a Universidade consolida seu compromisso com a transformação social e o bem-estar da população. Dessa forma, a UESB se alinha à missão mais ampla das universidades contemporâneas, promovendo o desenvolvimento social e estimulando o pensamento crítico.

A UESB é uma entidade autárquica, dotada de personalidade de Direito Público e Regime Especial de Ensino, Pesquisa e Extensão, de caráter multicampi. Foi instituída pela Lei Delegada nº 12, de 30 de dezembro de 1980 (Bahia, 1980), autorizada pelo Decreto Federal nº 94.250, de 22 de abril de 1987 (Bahia, 1987), reestruturada pela Lei nº 7.176, de 10 de setembro de 1997 (Bahia, 1997), credenciada através do Decreto Estadual nº 7.344, de 27 de maio de 1998 (Bahia, 1998) e reconhecida através do Decreto Estadual nº 16.825 de 04 de julho de 2016 (Bahia, 2016).

Com sede em Vitória da Conquista, município da Mesorregião do Centro-Sul baiano, a UESB desempenha um papel crucial no desenvolvimento local. Além disso, a instituição mantém dois outros *campi*, um em Jequié e outro em Itapetinga. Esses *campi* ampliam a atuação da Universidade em diferentes áreas do estado, fortalecendo seu papel no desenvolvimento regional.

UESB tem investido na infraestrutura, proporcionando instalações modernas e bem equipadas para o ensino, a pesquisa e a extensão. Atualmente, a universidade oferece 47 cursos

de Graduação, conforme dados da Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD); 25 cursos de Mestrado, 13 cursos de Doutorado e 841 projetos de pesquisa em andamento, de acordo com os dados da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PPG). Além disso, possui 213 ações extensionistas em andamento, conforme dados da Pró-Reitoria de Extensão (PROEX) (Universidade [...], 2024a, 2024b, 2024c, 2024d).

Contudo, apesar do crescimento institucional, o quadro de servidores técnicos não acompanhou o desenvolvimento quantitativo. Entre o concurso de 2010 e o de 2024, último realizado, passaram-se 14 anos, período em que as vagas oferecidas foram exclusivamente para recomposição, sem a criação de novas posições. Considerando que se trata de uma instituição pública com estrutura multicampi, esse intervalo de tempo afetou e continua a afetar suas atividades.

Atualmente, de acordo com dados da Gerência de Recursos Humanos (UESB, 2025), a UESB conta com cerca de 1100 docentes efetivos, 24 docentes substitutos, 450 servidores técnicos efetivos, 48 comissionados e 800 funcionários terceirizados. Destaca-se portanto, o importante espaço no quadro funcional da instituição, ocupado por terceirizados.

A terceirização no setor público brasileiro se consolidou nas últimas décadas, impulsionada por restrições orçamentárias e pela busca por eficiência em serviços. Esse modelo de contratação, no entanto, levanta questões sobre as condições de trabalho dos terceirizados. Estudos indicam que, embora a terceirização atenda às demandas imediatas, sua generalização pode levar à precarização das relações trabalhistas, caracterizada pela baixa remuneração, maior vulnerabilidade a acidentes e dificuldades para organização sindical. Como Marcelino e Cavalcanti (2012, p. 331-346) explicam, “a terceirização é todo processo de contratação de trabalhadores por empresa interposta, cujo objetivo último é a redução de custos com a força de trabalho e/ou a externalização dos conflitos trabalhistas.” Essa definição salienta a abordagem econômica e estratégica da terceirização, em detrimento da qualidade das condições de trabalho.

Nesse contexto, Druck (2016, p. 16) aponta a precariedade enfrentada pelos terceirizados, evidenciada pelo desrespeito aos direitos trabalhistas e maior exposição a riscos de saúde e segurança. Da mesma forma, Antunes e Druck (2013) observam que a terceirização ultrapassa as atividades-meio, estendendo-se às atividades-fim e estabelecendo uma hierarquia entre trabalhadores diretamente contratados e terceirizados, reforçando a posição periférica dos terceirizados, com menos direitos e reconhecimento no ambiente de trabalho.

A terceirização no serviço público brasileiro teve início em 1967, durante o governo militar, como parte da reforma administrativa do Estado. O Decreto-Lei nº 200/1967 (Brasil, 1967) formalizou essa medida, que, conforme citado por Druck et al. (2018, p. 117), era

justificada pela intenção de evitar "o crescimento desmesurado da máquina administrativa", promovendo a descentralização por meio da contratação de serviços do setor privado. Contudo, foi com a promulgação da Emenda Constitucional nº 19/1998, que implementou a Reforma Administrativa e introduziu o modelo gerencial de Estado, que a terceirização se consolidou no serviço público, ampliando ainda mais sua presença nas instituições públicas brasileiras. Posteriormente, a Lei de Responsabilidade Fiscal de 2000 limitou a realização de concursos públicos ao impor um teto para os gastos com pessoal na administração pública, levando as instituições públicas a recorrerem à terceirização para suprir a necessidade de servidores (Brasil, 2000).

Esse processo foi ainda ampliado pela Lei nº 13.429/2017, que permite a terceirização de atividades-fim, impactando diretamente órgãos públicos como as universidades. A Instrução Normativa nº 02/2008 reforça essa discriminação ao impedir que os servidores supervisionem diretamente os terceirizados, recomendando que o contato ocorra apenas com os representantes da empresa contratada, buscando evitar vínculos empregatícios que possam prejudicar o órgão público. Contudo, essa regra também contribui para um ambiente de trabalho fragmentado e pouco colaborativo.

A contratação de empresas terceirizadas na administração pública é mediada por um processo licitatório, regulamentado pela Lei nº 14.133 de 2021. Essa lei permite a prorrogação de contratos quando vantajoso, desde que seja especificado no edital, o que pode ser particularmente útil para projetos contínuos. Na UESB, a renovação de contratos de terceirizados é prática recorrente, pois a manutenção dos mesmos profissionais evita custos adicionais com treinamento, facilitando a adaptação e promovendo maior eficiência no desempenho das funções.

Ainda que a terceirização tenha se disseminado em todos os setores de atividades da economia, ela é predominante no setor de serviços (Andreta; Campos, 2016). Isso inclui atividades como limpeza, conservação, apoio administrativo e serviços de copa. Esses serviços são essenciais para o funcionamento eficiente das organizações, mas apresentam uma característica marcante: a predominância de mulheres no setor.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022), as mulheres representavam em torno de 70,3% dos trabalhadores em serviços gerais. Esse dado reflete padrões sociais e culturais que historicamente associam essas funções a estereótipos de gênero, vinculando-as a atividades de cuidado e serviços manuais. A feminização desse setor não apenas revela as escolhas profissionais e oportunidades disponíveis para as mulheres, mas também evidencia desigualdades persistentes no mercado de trabalho.

A terceirização, embora traga benefícios para as organizações, também gera preocupações, especialmente em relação à disparidade no tratamento entre os diferentes quadros de funcionários. Autores como Cole (2018, p. 88), em seu livro *A Exploração do Trabalho Terceirizado: Uma Crítica Radical à Sociedade Capitalista*, alerta para a criação de um sistema de castas no mundo do trabalho, no qual os terceirizados são relegados à condição de cidadãos de segunda classe, privados de direitos básicos e submetidos a condições precárias de trabalho. Essa discriminação pode levar à desmotivação, baixa produtividade, alta rotatividade e falta de comprometimento por parte dos empregados terceirizados.

Ao considerar a terceirização no âmbito universitário, é crucial estender a discussão para além do contexto corporativo. O crescente processo de terceirização no setor educacional, especialmente nos serviços gerais, tem se constituído como uma importante estratégia de redução de custos e flexibilização da gestão para as instituições de ensino superior (Druck et al., 2018). No entanto, essa estratégia levanta questões importantes sobre as condições de trabalho dos terceirizados, que precisam ser cuidadosamente avaliadas.

Embora a terceirização possa contribuir para a eficiência operacional, é fundamental que a universidade assegure condições de trabalho justas para os trabalhadores terceirizados, comparáveis às dos funcionários permanentes. Será que isso vem acontecendo em todos os setores? E nos setores em que há prevalência de mulheres, como nos de limpeza? Como é o dia a dia delas no seu local de trabalho? Elas aceitam tudo o que lhes é imposto, passivamente? Elas estão bem adaptadas ao ambiente da universidade?

Dessa forma, ao considerar a terceirização no serviço público como parte de um processo mais amplo de precarização do trabalho, torna-se essencial compreender como essas transformações impactam a vivência cotidiana das mulheres terceirizadas, especialmente aquelas que atuam na limpeza. A invisibilização dessas trabalhadoras não se restringe às condições materiais adversas, mas perpassa também o reconhecimento simbólico de suas contribuições para o funcionamento institucional. Como afirmam Druck *et al.* (2018), a terceirização aprofunda desigualdades estruturais, reforçando a divisão sexual e racial do trabalho e as assimetrias de poder. Em especial, no contexto universitário, no qual a produção do conhecimento convive com a invisibilidade dos sujeitos que mantêm esse espaço funcionando, torna-se urgente valorizar e compreender as experiências dessas mulheres.

Com base nessas reflexões, é fundamental direcionar o olhar para a atuação das trabalhadoras terceirizadas da limpeza, cujas práticas cotidianas revelam não apenas os mecanismos de adaptação e resistência, mas também as formas pelas quais essas mulheres se territorializam no espaço universitário.

1.1 A PROBLEMATIZAÇÃO DA PESQUISA

Em se tratando de trabalhadoras da limpeza, é importante contextualizarmos esse tipo de trabalho. A organização e limpeza de um ambiente de trabalho não se limitam apenas à higienização de pisos e superfícies, remoção de poeira e organização da desordem, mas possuem um papel crucial na prevenção de acidentes e adoecimentos, além de contribuir para a produtividade e causar uma boa impressão aos que utilizam o serviço. Conforme destaca o Portal dos Servidores de Guarulhos (2023, s.p.), “a organização e limpeza deve ser uma prática instruída a todos(as) os(as) trabalhadores(as) para que percebam sua importância e se comprometam com as ações de segurança e saúde do trabalho.”

Considerando a quantidade de tempo que se passa no ambiente de trabalho, a limpeza adequada assume uma importância fundamental. Nesse sentido, o papel das trabalhadoras da limpeza, frequentemente reconhecidas como "agentes de limpeza", é crucial, pois elas não apenas asseguram a higienização e desinfecção dos espaços físicos da universidade, mas também contribuem diretamente para o bem-estar, a produtividade e a segurança de todos os presentes na instituição.

A pandemia de covid-19 evidenciou a importância de reconhecer e valorizar o trabalho dessas profissionais, frequentemente invisibilizado. Sem elas, a universidade não teria conseguido manter suas atividades com a segurança sanitária necessária. Essas atividades são realizadas por aquelas que Certeau (2012) denomina como o *homem ordinário* (neste trabalho referimo-me a essas pessoas como *mulheres ordinárias*), que desempenha um papel crucial na construção de um conhecimento popular através de suas práticas diárias.

Certeau (2012) descreve o homem ordinário como alguém que, mesmo sem conhecimentos específicos, detém a habilidade de realizar práticas e contribuir para a criação de um cotidiano repleto de inventividade. O cotidiano, para Certeau (2012), é o espaço no qual as pessoas comuns vivem suas vidas diárias, repletas de atividades aparentemente banais, como caminhar, falar, brincar e fazer compras. É nesse contexto que ele observa a ação do homem ordinário, aquele que, nas condições mais comuns e restritivas, encontra maneiras de exercer sua criatividade.

Baseando-me nessa perspectiva, pressuponho que as trabalhadoras da limpeza não são agentes passivas em seus ambientes de trabalho; pelo contrário, elas empregam táticas¹,

¹ A tática é uma ação que é improvisada e adaptada às circunstâncias. Ela é uma ação que é realizada por sujeitos

estratégias² e resistências³ no cotidiano laboral.

A execução dessas atividades diárias realizadas pelas trabalhadoras terceirizadas, ocupa um papel crucial na construção do senso de territorialização no ambiente de trabalho, conferindo-lhe significado e relevância. Saquet (2013b) argumenta que a territorialização ocorre por meio das práticas, que estabelecem uma relação entre o lugar e as atividades realizadas nele. No caso das trabalhadoras de limpeza, tarefas como varrer, limpar e organizar contribuem para o sentimento de pertencimento ao local.

A abordagem de Certeau (2012), que explora conceitos como usos e consumos⁴, antidisciplina⁵ e conveniência⁶, fornece uma perspectiva teórica importante para compreender como essas práticas cotidianas contribuem para a territorialização do espaço de trabalho.

Certeau (2012), ao analisar as estratégias cotidianas das pessoas, nos oferece uma lente para compreender como os indivíduos, mesmo em contextos limitados, exercem uma forma de poder sobre o espaço. Suas ideias sobre usos e consumos nos ajudam a perceber que as práticas mais banais podem ser formas de resistência (Certeau, 2012). Ao se apropriarem de espaços e tempos de maneira estratégica, os indivíduos transformam o ambiente à sua volta. Essa perspectiva se conecta de forma interessante com a noção de territorialização, que implica em um processo ativo de produção e apropriação do espaço. Para as trabalhadoras terceirizadas, é possível que esse processo vá além da simples execução das tarefas de limpeza. Ao interagirem com colegas, professores, alunos e outros membros da comunidade acadêmica, elas podem estabelecer conexões sociais que enriquecem o ambiente de trabalho e criam laços que transcendem suas obrigações contratuais.

As táticas utilizadas por essas profissionais também refletem sua capacidade de adaptação ao ambiente e resistência às adversidades diárias. Seus esforços não apenas contribuem para criar um espaço propício ao estudo, pesquisa e convivência, mas também

que não têm o poder de definir as regras do jogo, mas que precisam se adaptar a elas.

² A estratégia é uma ação que é planejada e executada de acordo com um objetivo previamente definido. Ela é uma ação que é controlada pelo sujeito que tem o “próprio”, que tem o poder de definir as regras do jogo.

³ A resistência é uma forma de ação que se contrapõe à estratégia. Ela é uma ação que desafia as regras do jogo e busca subverter o poder.

⁴ Usos e Consumos é a maneira como as pessoas utilizam os espaços e realizam atividades em seu cotidiano. Ao executarem suas ações diárias, as pessoas não se limitam a seguir regras preestabelecidas, mas ao contrário, incorporam interpretações pessoais e adaptações às práticas comuns, conferindo-lhes singularidade.

⁵ Antidisciplina é uma forma de resistência criativa, na qual os indivíduos, ao agirem de maneira não conformista, conseguem escapar das restrições impostas pelo ambiente social.

⁶ Conveniência é a aceitação provisória de normas e regras morais, com vistas a um ganho futuro. As pessoas, quando acatam essas normas mesmo quando não querem, estão sendo convenientes no sentido de se adequarem às circunstâncias com vistas a alcançar suas necessidades imediatas.

assumem um caráter simbólico, que vai além das paredes físicas.

Conforme afirma Raffestin (2003): "o território é aquele espaço marcado pelas relações de poder", e de acordo com o contido em Haesbaert (2009), de que a territorialização é um processo dinâmico e relacional, é possível inferir que as práticas cotidianas das trabalhadoras de limpeza transcendem a mera execução de tarefas. Elas se inserem em um complexo jogo de relações sociais e de poder, moldando e sendo moldadas pelo ambiente em que atuam. As relações estabelecidas com colegas, professores, alunos e outros usuários do espaço influenciam as estratégias e táticas empregadas, bem como a forma como o território é percebido e apropriado.

Ao realizarem suas atividades, as trabalhadoras da limpeza não apenas limpam um espaço, mas também contribuem para a construção de um território no qual os significados são negociados e as relações de poder são continuamente reconfiguradas. Suas ações moldam a experiência do espaço e atribuem a ele sentidos particulares, que vão além da sua função utilitária.

Dessa forma, suas construções de território, no âmbito da universidade, pode ocorrer pelo resultado de um conjunto dinâmico de estratégias e táticas, moldando as interações sociais e as atividades realizadas. Diante dessa perspectiva, surge o problema de pesquisa: **de que forma as práticas cotidianas das trabalhadoras terceirizadas da limpeza da UESB - campus de Vitória da Conquista - contribuem para seus processos de territorialização no contexto do ambiente de trabalho?**

O estudo parte do pressuposto de que as práticas das trabalhadoras terceirizadas estão profundamente conectadas ao ambiente de trabalho, conferindo-lhe sentido e significado. Portanto, a análise do cotidiano torna-se crucial para desvendar a realidade vivida por essas trabalhadoras, indo além de uma simples observação das atividades realizadas.

Atividades comuns, muitas vezes desvalorizadas nos estudos acadêmicos, como varrer, limpar e interagir, revelam-se essenciais para entender os sujeitos e os fatores que determinam suas ações. Investigando o cotidiano dessas trabalhadoras, é possível identificar como elas constroem e ressignificam seu espaço de trabalho. Essas tarefas, aparentemente simples, ganham novas dimensões quando analisadas à luz das relações sociais, contextos históricos e estruturas de poder que as permeiam.

Ao explorar o cotidiano dessas profissionais, também é possível compreender como elas resistem às opressões e desigualdades presentes em seu dia a dia. Ressignificando suas tarefas e construindo redes de apoio, elas não apenas desafiam estereótipos, mas também reivindicam seus direitos, mostrando uma forma de resistência ativa no ambiente de trabalho.

Dessa forma, neste estudo, aprofundei a compreensão da realidade vivenciada pelas terceirizadas da limpeza, revelando as complexas relações que moldam suas experiências no ambiente universitário. A análise de suas práticas cotidianas, permite compreender como elas territorializam o espaço de trabalho por meio de suas ações, interações e apropriações. Segundo Raffestin (2003), a territorialização ocorre quando um sujeito se apropria de um espaço, seja de forma concreta ou abstrata, conferindo-lhe significados e representações que refletem sua vivência e sua relação com o meio.

Nesse sentido, as trabalhadoras da limpeza, ao ocuparem determinados espaços, organizarem seus pertences e estabelecerem relações sociais no ambiente universitário, constroem um território que vai além das delimitações físicas do trabalho. Essa territorialização se sustenta em seus conhecimentos, ações e práticas diárias, que são permeadas por relações de poder dentro da instituição.

1.2 OBJETIVOS

Portanto, a pesquisa teve como objetivos:

1.2.1 Objetivo Geral

Compreender de que forma as práticas cotidianas das trabalhadoras terceirizadas da limpeza da UESB – campus de Vitória da Conquista – contribuem para seus processos de territorialização no contexto do ambiente de trabalho.

1.2.2 Objetivos Específicos

- Descrever o cotidiano e o espaço em que atuam as trabalhadoras terceirizadas da limpeza da UESB - campus de Vitória da Conquista.

- Revelar, neste cotidiano, práticas que mostrem estratégias, táticas e resistências das trabalhadoras terceirizadas da limpeza da UESB - campus Vitória da Conquista.
- Entender como essas práticas são traduzidas simbolicamente, ocasionando em processos de territorialização das trabalhadoras terceirizadas da limpeza da UESB - campus Vitória da Conquista.

1.3 JUSTIFICATIVA

Com o objetivo principal de compreender de que forma as práticas cotidianas das trabalhadoras terceirizadas da limpeza da UESB - campus de Vitória da Conquista - contribuem para seus processos de territorialização no contexto do ambiente de trabalho, a pesquisa integra teoria e prática, seguindo a premissa de Creswell (2013) de que "a teoria fornece as lentes através das quais vemos o mundo, enquanto a prática nos ajuda a entender como a teoria pode ser aplicada."

Muito embora pesquisas que juntam as categorias teóricas de cotidiano e territorialização não sejam novas (Fujimori e Ichikawa, 2023; Zioli *et al.*, 2021; Leite, Ichikawa e Angnes, 2022; Callefi e Ichikawa, 2021; Vilas Boas e Ichikawa, 2020), trabalhos que pesquisem trabalhadoras terceirizadas em universidades juntando essas categorias teóricas são raros.

Nesse sentido, a perspectiva de Raffestin (2003) fornece as bases teóricas para compreender como essas trabalhadoras, por meio de suas práticas diárias, se apropriam do espaço universitário e o transformam em território. Para Raffestin (2003), o território não é sinônimo de espaço, mas um produto resultante das relações e práticas que os indivíduos estabelecem nesse ambiente. A territorialização, portanto, ocorre à medida que essas trabalhadoras organizam, controlam e ressignificam o espaço, apropriando-se dele tanto concretamente, ao delimitar áreas de uso pessoal, quanto abstratamente, ao atribuir significados a esses locais.

Ao adotar essa perspectiva, minha pesquisa explora como as práticas diárias dessas trabalhadoras impactam a construção de resistências no ambiente universitário. Isso não só desafia estereótipos, mas também evidencia que trabalhadoras de grupos subalternizados não

são passivas, e sim agentes que territorializam o espaço por meio de ações de microrresistências. Esse processo, que revela a dinâmica das relações de poder que perpassam a organização do trabalho e a apropriação dos espaços dentro da universidade, proporciona perspectivas valiosas para os campos da geografia humana, da sociologia e, crucialmente, para a Administração e os Estudos Organizacionais.

No campo da geografia humana, minha pesquisa contribui ao demonstrar como as práticas cotidianas dessas trabalhadoras transformam o espaço universitário, promovendo um processo de territorialização que desafia as desigualdades espaciais e evidencia a atuação dos indivíduos sobre o ambiente que ocupam. Na sociologia, o trabalho ilumina a feminização das ocupações de baixa remuneração, revelando como essas práticas cotidianas tanto reproduzem quanto resistem às desigualdades de gênero. Como destaca Sarti (2004), a concentração de mulheres em funções de baixa valorização reflete obstáculos estruturais, e a valorização do trabalho feminino é essencial para a luta pela igualdade de gênero.

No que tange à Administração e aos Estudos Organizacionais, minha dissertação oferece contribuições substanciais e inovadoras. Em especial, destaco o protagonismo das trabalhadoras terceirizadas da limpeza, mostrando que elas extrapolam o papel de simples executoras e assumem uma posição ativa e estratégica na configuração do ambiente universitário. Ao analisar suas estratégias, táticas cotidianas e formas de resistência, evidencio como essas mulheres recriam sentidos para o trabalho, rompendo com a visão tradicional que lhes atribui apenas passividade. Dessa maneira, contribuo para ampliar o entendimento sobre a força de trabalho terceirizada e demonstro como suas práticas cotidianas influenciam diretamente a dinâmica organizacional.

Além disso, meu estudo representa uma ampliação significativa do escopo e da visibilidade dentro da literatura acadêmica. Ao concentrar-me nas mulheres terceirizadas da limpeza, um tema que ainda permanece notavelmente pouco explorado nos campos da Administração e dos Estudos Organizacionais, esta dissertação proporciona uma visão mais rica e inclusiva das experiências laborais. O foco na análise das atividades diárias de sujeitos comuns, frequentemente desconsiderados em pesquisas acadêmicas na área, traz novas compreensões sobre a organização do trabalho, as relações de poder e as manifestações de agência em contextos de precarização.

Esses achados são igualmente relevantes para a inovação na gestão e a formulação de políticas inclusivas. Ao expor como as práticas cotidianas moldam e ressignificam o espaço, a pesquisa abre caminhos para a formulação de políticas mais equitativas e sensíveis às necessidades das trabalhadoras no ambiente de trabalho. Isso permite um repensar das

estratégias de gestão, valorizando a diversidade dos saberes empíricos e a complexidade das interações diárias, indo além das hierarquias formais. Assim, meu trabalho sugere que as políticas de recursos humanos podem e devem promover o diálogo, o reconhecimento e a participação ativa daqueles que, apesar de ocuparem posições tradicionalmente marginalizadas, detêm um conhecimento profundo sobre a dinâmica do ambiente em que atuam. Por fim, o estudo aprofunda a compreensão das dinâmicas de poder, mostrando como as relações de poder se manifestam não apenas em estruturas formais, mas também nas micro-práticas diárias, e como a territorialização se torna um processo ativo de contestação e ressignificação de espaços, impactando a cultura e a eficiência organizacional de maneiras que os modelos gerenciais tradicionais frequentemente ignoram.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Neste capítulo, serão explorados os conceitos centrais do cotidiano sob a perspectiva de Certeau (2012) e de Certeau, Giard e Mayol (2013), seguidos pelo processo de territorialização segundo Raffestin (2003). Essas abordagens foram escolhidas devido à sua convergência com o objetivo deste trabalho.

Inicialmente, discutirei como o cotidiano é uma construção contínua e significativa que envolve a criatividade e a resistência dos indivíduos. Serão abordados os conceitos de Certeau (2012) sobre usos e consumos, evidenciando como as pessoas adaptam e reinventam os espaços que ocupam, transformando-os em arenas de resistência. Táticas e estratégias são centrais nessa análise, na qual as táticas representam as práticas cotidianas utilizadas pelos indivíduos para sobreviver e resistir dentro de sistemas impostos, enquanto as estratégias são práticas para manter o controle sobre o espaço. A partir de conveniências da "antidisciplina" que desafiam as normas estabelecidas, os indivíduos reinterpretem o espaço e as relações de poder, evidenciando uma criatividade subversiva que escapa ao controle institucional. Esta análise busca revelar a complexidade das interações cotidianas e a capacidade humana de transformar e reinterpretar o espaço vivido, mostrando como o poder e a resistência coexistem e se manifestam nas ações diárias.

A perspectiva de Certeau (2012) sobre o cotidiano oferece uma visão mais profunda das práticas diárias, destacando o papel fundamental dessas atividades na construção do conhecimento popular e da vida social. Essa abordagem permitirá compreender como as ações cotidianas dos indivíduos contribuem para a formação do tecido social e cultural.

Em continuidade, a análise do conceito de territorialização, com ênfase na perspectiva de Raffestin (2003), amplia essa compreensão ao revelar que o território não é um dado fixo, mas sim uma produção resultante das relações de poder e das práticas sociais estabelecidas pelos indivíduos no espaço. Para Raffestin(2003), o território emerge a partir do espaço quando este é apropriado, modificado e estruturado por meio das interações humanas e dos fluxos de poder que nele se instalam. Embora as contribuições de Saquet (2013a) e outros autores como Haesbaert e Limonad (2007), Tuan (1983), Harvey (2006) e Lefebvre (1991) sejam relevantes para o debate, a análise se concentra na abordagem de Raffestin (2003), que oferece uma visão aprofundada sobre a territorialização como um processo dinâmico de apropriação e organização do espaço, evidenciando como as relações sociais e políticas moldam e transformam os territórios.

2.1 A CONSTRUÇÃO DO COTIDIANO

O cotidiano, muitas vezes visto como uma sequência monótona de eventos comuns, ganha uma nova perspectiva quando observado através das lentes de Michel de Certeau. A teoria de Certeau (2012) sobre a construção do cotidiano enfatiza a importância das práticas diárias na formação do conhecimento popular. Para Certeau (2012), o cotidiano não é apenas uma repetição mecânica de atividades, mas algo que nos é imposto diariamente, exercendo uma pressão constante sobre nós. Assim:

O cotidiano é aquilo que nos é dado cada dia (ou que nos cabe em partilhar), nos pressiona dia após dia, nos oprime, pois existe uma opressão no presente. [...] O cotidiano é aquilo que nos prende intimamente, a partir do interior. [...] É uma história a caminho de nós mesmos, quase em retirada, às vezes velada. [...] O que interessa ao historiador do cotidiano é o invisível (Certeau; Giard; Mayol, 2013, p. 31).

Nessa perspectiva, o cotidiano é interpretado como algo além da superfície visível, um invisível que permeia nossas vidas diárias. A construção do cotidiano é gradual, discreta e quase imperceptível, sendo crucial para o pesquisador observar atentamente as ações do homem comum para entender suas práticas. Certeau (2012) destaca como essas ações aparentemente comuns desempenham um papel fundamental na construção do tecido social e cultural.

Além disso, Certeau (2012) argumenta que o cotidiano não é apenas uma sequência de atividades rotineiras, mas um espaço em que as “artes de fazer” das pessoas ordinárias se manifestam de forma significativa. Essas práticas diárias revelam-se como atos centrais de construção e produção cultural, demonstrando a criatividade subversiva e a capacidade de transformação dos indivíduos dentro dos limites impostos pela sociedade.

O termo “cotidiano”, segundo Guimarães (2002), deriva do latim *cotidie* ou *cotidianus*, significando “todos os dias”, “diário”, “dia a dia”, “comum” e “habitual”. Dessa forma, o cotidiano refere-se à maneira como as pessoas percebem e representam suas atividades diárias, incluindo as relações, normas e padrões envolvidos. Guimarães (2002) enfatiza que essas práticas diárias são essenciais na formação da identidade e na construção da vida social. Cada ato cotidiano contribui para o grande mosaico da vida cultural e social, carregando significados e influências profundas, apesar de sua aparente banalidade.

O tema do cotidiano no Brasil é abordado por Henri Lefebvre (1991), Michel de Certeau (2012) e Agnes Heller (2016), conforme destacam Lapedra e Ichikawa (2017). Embora

esses estudiosos ofereçam diferentes perspectivas sobre o cotidiano, este estudo se concentra nas teorias de Certeau (2012) devido à compatibilidade com a metodologia adotada. Para Certeau (2012), o uso e a ocupação dos espaços são partes integrantes do cotidiano, manifestadas nas práticas diárias das pessoas comuns. Essas práticas, segundo Certeau (2012), englobam modos de agir no dia a dia, sejam em rotinas, eventos inesperados, revoltas ou submissões, mostrando como o cotidiano é construído e reconstruído historicamente através dessas práticas.

2.1.1 O Extraordinário no Ordinário

Certeau (2012) redefine o conceito de ser ordinário ao destacar a figura do homem comum, cuja inventividade é frequentemente negligenciada nas análises acadêmicas tradicionais. Para ele, ser ordinário não implica mediocridade, mas sim uma condição cotidiana e comum, essencial na construção do conhecimento popular por meio das práticas diárias. Esses indivíduos são agentes ativos, contribuindo significativamente para a vida cotidiana (Certeau, 2012).

Complementando essa visão, Courpasson (2017) explora como as ações ordinárias são moldadas pelas circunstâncias do dia a dia. Ele argumenta que, embora esses atos sejam frequentemente não intencionais, eles constituem grande parte da nossa vida e têm um impacto considerável na nossa experiência cotidiana. A perspectiva de Courpasson (2017) sobre a espontaneidade e a influência das práticas diárias está alinhada com a abordagem de Certeau (2012), que vê a vida cotidiana não apenas como uma rotina, mas como um campo de criatividade e transformação.

Salamon (2016) corrobora essa visão ao destacar a importância dos saberes ordinários, frequentemente subestimados pelos discursos acadêmicos. Ele argumenta que as práticas diárias dos indivíduos comuns desempenham um papel crucial na construção do conhecimento e na configuração das práticas sociais, valorizando a inteligência e a capacidade inventiva dos indivíduos comuns. A valorização dos saberes cotidianos proposta por Certeau (2012) e Salamon (2016), combinada com a análise da espontaneidade das ações diárias apresentada por Courpasson (2017), proporciona uma compreensão mais rica e profunda da dinâmica social e do papel transformador das práticas ordinárias.

Além disso, Certeau (2012) reconhece que o homem ordinário possui a capacidade de subverter sistemas e regras impostas, destacando a criatividade e resistência presentes nas

práticas cotidianas e enfatizando a importância do saber popular na construção da vida social e cultural. Essa atenção que Certeau (2012) dedica ao homem comum reflete seu otimismo em relação a ele, percebendo-o não apenas como um mero consumidor dos produtos culturais. Conforme apontam Bussinguer e Araújo (2019), Certeau (2012) desafia a visão dominante de sua época, que via os indivíduos subjugados como passivos e conformados às imposições do mercado e das estruturas sociais. Ao analisar as práticas cotidianas dessas pessoas comuns, ele identifica formas sutis de resistência, chamadas por ele de “microrresistências”, nas quais esses indivíduos consomem e modificam o que lhes é imposto pelo meio social, criando novas maneiras de agir e se apropriar dessas influências.

Fiske (1989) complementa essa visão, ao argumentar que a cultura popular não é apenas um conjunto de produtos passivamente consumidos pelas massas, mas sim um campo de produção cultural ativo e engajado. Esta perspectiva reforça a ideia de que as práticas diárias não apenas refletem, mas também moldam e transformam a realidade social e cultural.

Assim, a ordinariedade não implica passividade ou submissão, mas sim um modo ativo de participação na vida social e cultural, como destacado por Certeau (2012) e reforçado por Fiske (1989). Ambos enfatizam a importância da criatividade dos indivíduos comuns na construção da cultura.

2.1.2 Usos e Consumos

Certeau (2012) propõe o conceito de usos e consumos como parte de uma análise aprofundada das práticas cotidianas e da interação das pessoas com o espaço ao seu redor. Essa abordagem destaca como indivíduos, muitas vezes vistos como atores ordinários na sociedade, exercem criatividade em suas atividades diárias. Certeau (2012) nos convida a repensar o homem comum não como um consumidor passivo, mas como alguém que utiliza bens e serviços de forma criativa, adaptando-os às suas realidades e desejos. Segundo Certeau (2012), a multidão anônima tem a capacidade de subverter as lógicas impostas pelo sistema através das artes do fazer (Duran, 2007).

Gaffuri (2016) esclarece que, para Certeau, o consumo vai além de bens materiais, como alimentos e roupas, englobando também discursos, ideologias e religiões. Nesse contexto, o conceito de bricolagem desempenha um papel fundamental. Bricolagem, segundo Certeau (2012), descreve a maneira criativa com que indivíduos utilizam o que lhes é imposto ou dado.

Rodrigues e Ichikawa (2015) exemplificam esse conceito através do estudo de um catador de material reciclável. Esse indivíduo transforma o que é considerado lixo em novos significados, adaptando os materiais ao seu modo de vida. A prática desse catador ilustra como a bricolagem permite que os indivíduos reinterpretem e reconfigurem os recursos disponíveis, demonstrando a aplicação prática da criatividade no cotidiano.

Certeau (2012) também ilustra o conceito de bricolagem com os colonizadores espanhóis e as etnias indígenas. Para ele, os indígenas “[...] faziam das ações, rituais, representações ou leis que lhes eram impostas outra coisa que não aquela que o conquistador julgava obter por elas” (Certeau, 2012, p. 39). Eles não rejeitavam nem modificavam essas imposições, mas as subvertiam pela sua maneira de usá-las.

O uso, segundo Certeau (2012), não se restringe à funcionalidade dos objetos e espaços. Ele se configura como um ato de reinvenção, no qual os indivíduos buscam brechas nas estruturas de poder para transformar e adaptar o mundo ao seu redor. Por meio de táticas informais e microrresistências, os homens comuns redefinem as relações sociais, moldando o espaço e suas práticas diárias para atender às suas necessidades e desejos, o que reforça a ideia de que o cotidiano é um campo dinâmico de criação e resistência.

O consumo, segundo o autor, vai além da simples aquisição de bens materiais. e envolve a apropriação simbólica do espaço. As pessoas atribuem significado aos lugares através de suas práticas cotidianas, transformando-os e expressando suas identidades individuais e coletivas. Esse consumo simbólico desafia a visão tradicional do consumo como simples utilização de mercadorias e recursos.

Exemplos práticos ilustram essa teoria. Honorato (2014) mostra como pessoas em situação de rua em Belo Horizonte utilizam serviços assistenciais de maneira subversiva, submetendo-se a albergues apenas em dias de frio, contrariando o sistema de manter as ruas sem a presença “dessas pessoas”, e recusando-se a usá-los nos demais dias. Essa prática demonstra como os indivíduos encontram brechas no sistema para manter sua liberdade e atender às suas necessidades pessoais.

Entender o cotidiano sob a ótica de Certeau implica acessar a lógica interna dos sujeitos que o vivenciam — os praticantes e consumidores (Certeau, 2012). Para o autor, o consumo deve ser compreendido como uma prática criativa e inventiva, na qual os indivíduos subvertem, ressignificam e adaptam o que lhes é imposto pelas estruturas sociais e culturais. Em vez de apenas receberem passivamente produtos e discursos, os sujeitos os 'usam', ou seja, operam sobre eles com táticas cotidianas que revelam formas de apropriação singulares e muitas vezes invisíveis. Para Ortega (2016), mesmo os atos mais simples de consumo carregam formas

próprias de pensamento e expressão. Além disso, Certeau (2012) destaca que a análise das práticas cotidianas revela como os indivíduos, ao utilizarem e consumirem o que lhes é imposto, criam e transformam significados em suas vidas. Isso permite uma visão mais detalhada de como as pessoas adaptam e reinterpretam seus ambientes sociais e culturais, refletindo a interação dinâmica entre poder e resistência no cotidiano.

2.1.3 Entre Táticas e Estratégias

Diversas pesquisas têm se dedicado à exploração dos conceitos de estratégias e táticas, abordando como os indivíduos interagem com as estruturas sociais e institucionais. Entre os estudos relevantes, destaque: Vilas Boas e Ichikawa (2020), Cabana e Ichikawa (2017), Gaffuri (2016), Gouvêa e Ichikawa (2015), Gouvêa (2014), Cabana (2014), Bernardo, Shimada e Ichikawa (2015), Bernardo (2015) e Shimada (2015), entre outros.

Certeau (2012) oferece uma perspectiva valiosa ao afirmar que o homem comum não se limita a aceitar passivamente o que lhe é imposto, mas é também capaz de contornar e subverter as normas estabelecidas.

Salamon (2016) observa que Certeau (2012) atribui autonomia, independência e até mesmo uma inteligência pessoal e política ao homem comum. Uma frase que resume bem o pensamento de Certeau é: “[...] sempre é bom recordar que não se devem tomar os outros por idiotas” (Giard, 2014, p. 19), pois ele acredita na inteligência e na criatividade dos mais fracos, que agem de maneira tática em face das estratégias dos poderosos.

Nesse sentido, Certeau (2012) distingue entre estratégias e táticas: “a estratégia é o cálculo das relações de forças que se torna possível a partir do momento em que um sujeito de querer e poder é isolado. A tática é uma ação calculada que é determinada pela ausência de um locus próprio” (Certeau, 2012, p. 45). A estratégia é utilizada pelo dominante que molda o espaço a seu favor, enquanto as táticas são usadas pelos fracos que encontram brechas nas estruturas de poder.

As práticas cotidianas são caracterizadas por gestos hábeis dos fracos na ordem estabelecida pelo forte, transformando o espaço vivido em um palco de resistência cultural. Um exemplo dessas táticas é a “gambiarra”, que consiste em improvisar soluções criativas para superar limitações e desafios no ambiente de trabalho. Por exemplo, em um cenário no qual faltam recursos adequados para a limpeza, as mulheres podem reutilizar materiais descartados

para criar ferramentas improvisadas que facilitam suas tarefas diárias. Essa prática demonstra a habilidade e inventividade de trabalhadoras, evidenciando sua capacidade de adaptar-se e resistir dentro das restrições impostas pelo ambiente institucional. Segundo Assunção e Mendonça (2016), essa prática possui potencial estético e político, manifestando a singularidade individual e ajudando a entender como os sujeitos agem criativamente na reinvenção do mundo compartilhado.

Conforme sugerem Honorato e Saraiva (2016), as táticas surgem como respostas espontâneas e criativas diante das estratégias, que buscam manter a ordem e o controle do espaço.

No entanto, é importante, para melhor compreensão, não tomarmos estratégias e táticas como práticas binárias opostas (Yamamoto e Ichikawa, 2023), e tampouco acharmos que os fracos não se utilizam de estratégias. Táticas e estratégias são praticadas em meio a relações de poder. Um fraco, a depender da relação social, pode, momentaneamente, ter o seu “próprio”, ou seja, estar numa relação que lhe confere poder. Assim, elas são práticas que se atravessam, de modo que uma tática pode se tornar estratégia e vice-versa (Klozovski, Ichikawa e Angnes, 2024), dependendo das circunstâncias e das dinâmicas de poder vigentes no momento.

2.1.4 Conveniência

Certeau, Giard e Mayol (2013), oferecem uma visão singular sobre a conveniência, enfatizando que ela vai além do simples conforto, incorporando uma dimensão estratégica e tática. Segundo Certeau (2012), as práticas cotidianas, muitas vezes vistas como banais, são na verdade espaços de criatividade e resistência, nos quais os indivíduos negociam e se adaptam às estruturas de poder. Essas ações ocorrem dentro de normas não escritas, amplamente entendidas pelos habitantes de uma localidade, regulando como devem se comportar dentro de um espaço social comum.

Yamamoto e Ichikawa (2023) ao citar Dicionário Brasileiro *On-line* Michaelis (2022), dizem que conveniência é o que está consoante às normas morais e sociais, sendo sinônimo de compostura, decência e decoro, representando usos sociais ou políticos estabelecidos. A conveniência, segundo Mayol (2013), é o que atua no lugar de lei, que reprime o que “não convém” e o que “não se faz”, atuando a distância, filtrando e banindo os comportamentos intoleráveis, daí a ligação que Yamamoto e Ichikawa (2023) fazem da conveniência com o

conceito foucaultiano de dispositivo⁷.

A conveniência, para Mayol (2013), está intimamente ligada às táticas. Quando as pessoas escolhem maneiras convenientes de realizar suas atividades diárias, quando se encontram diante de dispositivos de opressão e resolvem ser convenientes, aceitando aquela opressão, não estão apenas buscando eficiência ou facilidade; estão encontrando formas de contornar, adaptar e, às vezes, acatar provisoriamente às imposições das estratégias institucionais. Além de sua dimensão tática, a conveniência pode ser vista como um contrato social tácito, no qual os indivíduos, ao renunciarem às suas pulsões individuais imediatas, contribuem para a vida coletiva em troca de benefícios simbólicos, como destacado por Mayol (2013). Assim, ao saber "comportar-se" e ser "conveniente", as pessoas tornam-se parceiras de um contrato social que facilita a convivência cotidiana. Esse comportamento é uma forma de assegurar a ordem e a harmonia dentro do espaço social compartilhado, no qual o público e o privado se inter-relacionam e dependem um do outro (Mayol, 2013). Um exemplo adicional de conveniência pode ser encontrado no ambiente de trabalho corporativo, no qual os funcionários frequentemente ajustam seus comportamentos para se alinhar às expectativas culturais e hierárquicas da organização. De maneira prática, evitar discussões polêmicas em reuniões ou ajustar o estilo de comunicação para ser mais conciliatório pode ser uma forma de conveniência no contexto organizacional. Essas práticas não apenas facilitam a convivência e promovem um ambiente de trabalho mais harmonioso, mas também refletem uma adaptação estratégica às normas implícitas da cultura corporativa, na qual certos comportamentos são considerados mais adequados ou convenientes para o sucesso profissional e a integração na equipe.

Além disso, ao caminhar pelas ruas, as pessoas praticam a conveniência ao cumprimentarem os outros mesmo sem vontade, ou escolherem vestir-se com decoro, como observado por Mayol (2013) no estudo do bairro Croix-Rousse. Outro aspecto significativo da conveniência é sua relação com benefícios sociais e pessoais. Segundo Mayol (2013), os indivíduos seguem as normas do espaço para obter vantagens específicas, como manter boas relações com os vizinhos ou evitar situações constrangedoras ao expor aspectos íntimos de suas vidas em contextos públicos.

⁷ Segundo Revel (2010), o termo “dispositivo” aparece na obra de Foucault na década de 1970 e foi utilizado para designar os operadores materiais do poder, além de ser direcionado às técnicas, estratégias e formas de sujeição.

2.1.5 Resistências e Antidisciplinas

Para Gouvêa e Ichikawa (2015), em Certeau (2012) o cotidiano representa um espaço no qual o indivíduo tem a capacidade de inovar e agir, consumindo à sua própria maneira e resistindo às imposições. Essas resistências, embora muitas vezes discretas e não percebidas, manifestam-se nas práticas diárias dos indivíduos dentro dos ambientes que integram.

Certeau (2012) desenvolveu uma compreensão da resistência como a potencialidade criativa inerente às práticas cotidianas. Segundo Courpasson (2017, p. 848), Certeau considera o cotidiano como um "espaço de resistência", no qual os indivíduos exercem essa criatividade para resistir às imposições externas. De maneira semelhante, Dey e Teasdale (2015) enfatizam que a principal preocupação de Certeau (2012) estava centrada na resistência, que emerge das práticas cotidianas dos sujeitos. Um exemplo claro dessas práticas cotidianas de resistência ocorre, por exemplo, quando "os idosos negam-se a tomar banho" (Callefi; Ichikawa, 2021, p. 362).

Além da resistência direta, o autor também propõe o conceito de antidisdisciplina, uma forma estratégica e sutil de subversão, na qual os indivíduos utilizam táticas para contornar ou reinterpretar normas estabelecidas em benefício próprio. Segundo Caffeli (2017), que explora as ideias de Certeau, "[...] o velho fingir que não tomou o remédio para receber uma dose extra dos remédios seria uma antidisdisciplina". Como Certeau (2012) observa, "o cotidiano se inventa com mil maneiras de caça não autorizada" (Certeau, 2012, p. 38), destacando que essas práticas cotidianas não são necessariamente grandes atos de rebelião, mas pequenas táticas que permitem exercer uma forma de resistência criativa dentro dos limites impostos.

Essas ações simples do cotidiano, segundo Certeau (2012), são atos criativos para negociar e resistir às estruturas de poder. O cotidiano não é apenas um espaço de reprodução, mas também um lugar de invenção e das artes de fazer. Como exemplifica Certeau (2012, p. 39), não basta observar que uma pessoa ficou em frente à TV durante quatro horas; é fundamental entender o que essa ação produziu no indivíduo.

Complementando essa visão, Cabana e Ichikawa (2017) observam que, mesmo em contextos de opressão, há espaço para resistência através de "pequenas ações" que adaptam ou rejeitam normas impostas. Essas formas de bricolagem e adaptação estão alinhadas com os conceitos de tática e estratégia explorados por Certeau (2012) e Certeau, Giard e Mayol (2013).

Tanto a resistência quanto a antidisdisciplina mostram como os indivíduos podem redefinir suas relações com o poder, utilizando práticas cotidianas como arenas de resistência e

afirmação de identidade. Para Certeau (2012, p. 48), "[...] a prática cotidiana é um modo de operar, um conjunto de manobras e táticas utilizadas pelos indivíduos para se apropriar e subverter os espaços impostos pelas estruturas dominantes".

2.2 DO COTIDIANO À TERRITORIALIZAÇÃO

Nos estudos organizacionais, trabalhos que associam cotidiano ao processo de territorialização não são novidade na área. Autores como Klozovski, Ichikawa e Angnes (2024), Fujimori e Ichikawa (2023), Zioli *et al* (2021), Callefí e Ichikawa (2021), Carrieri *et al* (2008) e Oliveira e Cavedon (2013) têm explorado como as práticas cotidianas não apenas refletem, mas também moldam os processos de territorialização. Esses trabalhos analisam como, em diferentes espaços sociais, os indivíduos se apropriam dos lugares, constroem vínculos de pertencimento e resistência, adaptando-se às adversidades e configurando territórios de forma dinâmica. Assim, o cotidiano emerge como um elemento central na criação e na manutenção de territórios, revelando as complexas interações entre práticas sociais e apropriação espacial.

Segundo Certeau (2012), as práticas cotidianas como andar, conversar e trabalhar são elementos centrais na constituição e transformação dos espaços. O espaço urbano, portanto, não se define apenas pela ocupação física, mas pelas experiências e interações que ali se desenvolvem. Leite (2010) reforça essa perspectiva ao destacar que a noção de cotidiano, em Certeau, possibilita compreender como essas práticas geram novas formas de apropriação, contribuindo para a criação de lugares e o rompimento de fronteiras que organizam e delimitam a vida urbana.

Essas fronteiras, tanto sociais quanto espaciais, referem-se às divisões que separam diferentes grupos e áreas dentro de um espaço urbano. Elas podem ser visíveis ou invisíveis, influenciando como as pessoas interagem, se movem e vivem nas cidades. Criadas por fatores econômicos, culturais, políticos ou históricos, essas fronteiras refletem as desigualdades e segmentações presentes na sociedade.

Dentro desse contexto, as fronteiras sociais são as barreiras simbólicas que separam grupos de pessoas com base em características como classe social, etnia, religião ou *status* econômico. Essas barreiras podem limitar o acesso a oportunidades e recursos, criando distinções claras entre diferentes partes da sociedade. Um exemplo é a segregação entre bairros ricos e pobres, em que as condições de vida e o acesso a serviços são drasticamente diferentes.

Como argumenta Lefebvre (1991), o espaço urbano é produzido socialmente, e essas divisões refletem as desigualdades estruturais que se materializam na organização da cidade.

Já as fronteiras espaciais referem-se a divisões físicas que delimitam áreas urbanas. Elas podem ser criadas por infraestruturas como estradas, rios ou muros, separando áreas residenciais, comerciais e industriais. Por exemplo, um muro que separa uma favela de um bairro de classe alta é uma fronteira espacial evidente, mas a segregação também pode ocorrer de maneira menos visível, como por meio de ruas que delimitam áreas distintas da cidade. Raffestin (2003) complementa essa visão, ao afirmar que o território é uma construção social que envolve relações de poder, sendo estruturado tanto por elementos materiais quanto simbólicos que demarcam as fronteiras dentro do espaço urbano.

Lapedra e Ichikawa (2017) compreendem que, no cotidiano do homem comum, ocorre constantemente a reapropriação dos espaços. Ao exercer suas práticas nesses locais, o sujeito realiza uma reinvenção deles. Com base nessa perspectiva, entendo que a reinvenção dos espaços onde os indivíduos desempenham suas práticas caracteriza o processo de territorialização desses sujeitos. Nesse contexto, Certeau (2012) argumenta que as práticas cotidianas podem romper ou reconfigurar essas fronteiras. Quando pessoas de diferentes grupos sociais começam a compartilhar os mesmos espaços públicos ou quando atividades de resistência contestam as barreiras existentes, as dinâmicas de poder e as fronteiras dentro da cidade podem ser transformadas.

Saquet (2013a) argumenta que a territorialização se manifesta através das práticas cotidianas, das relações sociais e das interações culturais, elementos que constroem e transformam o território, imprimindo nele identidades e significados simbólicos. Esse processo dinâmico permite que o espaço se ajuste continuamente às necessidades e realidades dos indivíduos, refletindo suas vivências e expectativas. Para Saquet (2013a), a territorialização envolve tanto a apropriação material quanto simbólica do espaço, sendo um processo contínuo que se desvela por meio de práticas sociais e históricas ao longo do tempo. Assim, a construção de identidades e práticas sociais molda o espaço geográfico, constantemente adaptando-o às realidades dos indivíduos que nele habitam, evidenciando a interação entre os aspectos materiais e simbólicos na formação e adaptação do território.

Para Raffestin (2003), a territorialização ocorre através do controle, da gestão e do uso dos recursos, sendo mediada por relações sociais que estabelecem hierarquias e diferentes formas de apropriação. Assim, o território não pode ser entendido apenas como uma estrutura física, mas como um espaço relacional, no qual as práticas cotidianas desempenham um papel essencial na sua construção e resignificação.

Costa Junior, Chagas e Oliveira (2022, p. 180) também reforçam essa visão ao afirmarem que "a territorialização é o processo de transformação do espaço em território, o qual ocorre a partir de práticas cotidianas", destacando o papel central das atividades diárias e das interações sociais na formação do território. Nesse contexto, Fuini (2017), ressalta que a concepção de território trazida por Raffestin enfatiza a dimensão relacional do espaço, que se expressa tanto em processos concretos de dominação (como o controle político e econômico) quanto em aspectos simbólicos, ligados à identidade, subjetividade e pertencimento. Segundo Fuini (2017, p. 20), "a concepção de território que Raffestin traz é de um espaço produzido por relações de poder, em que a apropriação se dá tanto pela produção material quanto pelas dimensões imateriais de identidade e significado". Portanto, o território não se resume a um espaço físico, mas se configura também como um espaço carregado de significados culturais e subjetivos, constituído por processos de dominação e apropriação que envolvem tanto o concreto quanto o simbólico.

Além disso, Raffestin (2003) propõe que a territorialização deve ser entendida a partir da produção e da gestão do espaço, levando em consideração as relações de poder que influenciam esse processo. Nesse sentido, o território é resultado de ações estratégicas e táticas que estabelecem diferentes formas de apropriação e controle. Ao considerar essas relações, é possível compreender como a territorialização se dá em múltiplas escalas e como os atores sociais moldam e ressignificam os espaços em que atuam.

Para entender a territorialização, é essencial explorar os conceitos de lugar, espaço, território e territorialidade. Esses termos, amplamente discutidos na Geografia, também enriquecem o debate em outras áreas, como a Administração, uma vez que abordam as dinâmicas sociais e espaciais. Para enriquecer a minha pesquisa, me apoio em autores como Santos (2000a, 2000b), Lefebvre (1991), Raffestin (2003), Tuan (1983), Certeau (2012), Haesbaert e Limonad (2007) e Saquet (2013a), que ajudam a esclarecer esses conceitos. Destaco que Certeau (2012) e Raffestin(2003) são particularmente relevantes para minha linha de reflexão.

Certeau (2012) ao diferenciar lugar e espaço estabelece que: enquanto o lugar é uma configuração estática e ordenada, o espaço é dinâmico, surgindo das práticas e interações cotidianas. Por exemplo, uma rua se transforma em um espaço à medida que os pedestres a percorrem, criando camadas simbólicas e uma rede de significados. Certeau (2012) compara a essa transformação do lugar a um processo discursivo, em que os indivíduos se apropriam dos lugares afim de convertê-los transformá-los em espaços vivenciados;. A caminhada é vista como uma forma de discurso, na qual o sujeito executa e transforma o lugar, estabelecendo

relações implícitas com outros que compartilham o mesmo espaço. Esses passos geram “retóricas ambulatórias”, constituindo um texto único e multifacetado que cada pessoa escreve na cidade. Certeau afirma ainda que “[...] o lugar é uma construção das ações que o transformam em um espaço vivido e experimentado” (Certeau, 2012, p. 103).

Tuan (1983) sustenta que o espaço é mais abstrato do que o lugar e que, à medida que os indivíduos se familiarizam com um espaço e lhe atribuem significados, ele se transforma em lugar. Tuan (1983, p. 95) destaca que “[...] o lugar é onde a experiência e o sentimento de pertencimento se entrelaçam, criando um espaço emocional e pessoal”. Essa mudança ocorre por meio da experiência. Para Tuan (1983) a experiência é o processo pelo qual as pessoas conhecem e moldam a realidade. O que Tuan (1983) chama de experiência é semelhante à prática descrita por Certeau (2012), com ambas as abordagens focadas na transformação do espaço. Certeau (2012) complementa essa visão ao afirmar que “[...] o espaço se faz presente através das práticas que o animam e o transformam” (Certeau, 2012, p. 92). Apesar das abordagens distintas, tanto Tuan (1983) quanto Certeau (2012) destacam a importância das práticas cotidianas na dinâmica entre espaço e lugar, na qual a experiência e a prática desempenham um papel crucial na transformação do espaço em um lugar significativo.

Isso indica que a territorialização não é apenas uma ocupação física, mas também um ato de significação e resistência, refletindo como o conhecimento e as ações dos indivíduos transformam espaços abstratos em territórios carregados de significados. Harvey (2006, p. 115) ressalta que “[...] o espaço é moldado e modelado em uma variedade de maneiras através das relações sociais de poder, trabalho e controle”.

Lefebvre (1991) argumenta que o espaço é socialmente produzido, sendo tanto um produto quanto um meio de práticas sociais. Ele sustenta que “[...] o espaço não é um vaso vazio a ser preenchido, mas uma construção social, refletindo as relações sociais que o produzem” (Lefebvre, 1991, p. 26). Essa perspectiva reforça a noção de que os espaços são moldados pelas práticas cotidianas e possuem significados simbólicos e políticos.

Milton Santos (2000a, p 33) afirma que “[...] o espaço é o conjunto de todas as formas, tempos e ritmos que a sociedade cria e recria a si mesma”. Essa compreensão destaca a natureza dinâmica e social do espaço, reconhecendo-o não como um receptáculo passivo, mas como um produto ativo das práticas humanas.

Para ampliar a discussão sobre a transformação do espaço em território, Raffestin (2003) introduz o conceito de territorialização, que descreve como o espaço é transformado por meio da exploração e apropriação pelos indivíduos, envolvendo aspectos de poder, conhecimento e práticas. Segundo Raffestin (2003), o território não é apenas uma delimitação

espacial, mas o resultado das atividades humanas que ocorrem nele. Ou seja, ele se constrói a partir das interações e dos usos que os indivíduos fazem do ambiente. Nesse contexto, a territorialidade surge como um conjunto de relações sociais, simbólicas e políticas que organizam e estruturam o território, refletindo formas de controle, apropriação e pertencimento ao espaço. A territorialidade é compreendida como um sistema de relações que afeta o território por meio das estratégias humanas de controle, o que pode envolver desde normas institucionais até práticas cotidianas de apropriação e resistência. Assim, a territorialidade não é apenas um fenômeno físico, mas também cultural e simbólico, pois diz respeito à maneira como os sujeitos atribuem significados ao território e estabelecem relações de poder dentro dele (Raffestin, 2003, p. 18). O território é visto como uma delimitação espacial com relações atribuídas a todos os sujeitos dentro de cada espaço.

Dentro desse contexto, Raffestin (2003) discute como o espaço, por meio das ações humanas, é transformado em território. Essa ideia se aproxima do conceito de “espaço praticado” de Certeau (2012), no qual as práticas cotidianas ressignificam o espaço. Para Certeau (2012), o espaço não é estático, mas continuamente transformado pelos indivíduos que o utilizam. Nesse sentido, a territorialização pode ser entendida como um processo dinâmico, no qual as interações sociais, os hábitos e as estratégias de adaptação moldam a experiência dos sujeitos no território.

Certeau (2012, p. 108) argumenta que “[...] a prática é a maneira como os indivíduos transformam o espaço através de suas ações cotidianas, moldando-o de acordo com suas necessidades e significados”. De acordo com Certeau (2012), a transformação do espaço é um processo dinâmico e contínuo, no qual os indivíduos constroem os lugares que habitam.

Raffestin (2003), por sua vez, foca na relação entre espaço, poder e controle, destacando como as práticas sociais e as relações de poder moldam o território. Ele vê o espaço como algo que é organizado e estruturado por meio das dinâmicas sociais, refletindo as relações de poder e controle. Além disso, a territorialidade é diretamente influenciada por essas relações de poder, pois envolve disputas pelo controle e pelo uso do espaço. Diferentes atores – como governos, empresas e grupos sociais – estabelecem formas de organização territorial que refletem seus interesses. No entanto, os indivíduos também exercem territorialidade ao reivindicar, modificar ou ressignificar os espaços que ocupam (Raffestin, 2003, p. 40).

Por outro lado, Haesbaert (2004) enfatiza que o território é uma construção social marcada pela multiplicidade de apropriações e ressignificações realizadas pelos sujeitos em suas práticas cotidianas. Para ele, o território não é apenas uma unidade física, mas envolve dimensões simbólicas, culturais e políticas. Haesbaert (2004) entende o território como algo

dinâmico e fluido, que se configura a partir das experiências, das relações de poder e das estratégias de resistência dos indivíduos.

Enquanto Raffestin (2003) destaca que o território é uma construção do sujeito, resultante da apropriação concreta ou abstrata do espaço, Certeau (2012) enfatiza que as práticas cotidianas são fundamentais para essa transformação. Para Raffestin (2003), o espaço antecede o território, e a territorialização ocorre a partir das relações entre os atores sociais, o espaço e o tempo, configurando-se como um processo dinâmico de produção territorial. De maneira semelhante, Certeau (2012) argumenta que os sujeitos, por meio de suas práticas diárias, ressignificam o espaço e constroem novas formas de pertencimento. Dessa forma, ambos os autores convergem na ideia de que a territorialização não é um fenômeno exclusivamente material, mas uma construção simbólica e relacional mediada pelo cotidiano.

Tanto Raffestin (2003) quanto Certeau (2012) ressaltam o papel ativo dos sujeitos na construção territorial, evidenciando que essa transformação não ocorre apenas pela imposição de estruturas de poder, mas também pelas práticas e interações cotidianas.

Haesbaert (2009) complementa essa discussão ao destacar que os territórios são múltiplos e coexistem simultaneamente, sendo continuamente ressignificados pelos indivíduos. Para ele, a territorialização e a multiterritorialidade são processos que envolvem tanto práticas materiais quanto simbólicas, demonstrando que os sujeitos transitam entre diferentes territórios e constroem vínculos sociais em cada um deles. Essa abordagem amplia a visão de Raffestin (2003) sobre a territorialidade como um fenômeno multidimensional, que integra a experiência vivida pelos indivíduos e suas relações com o espaço ao longo do tempo.

Dessa forma, enquanto Raffestin (2003) enfatiza que a territorialização ocorre pela apropriação do espaço mediada por relações sociais e simbólicas, Certeau (2012) mostra que essa apropriação se manifesta nas práticas diárias, permitindo que os indivíduos transformem espaços impostos em lugares de pertencimento. Haesbaert (2009), por sua vez, amplia essa perspectiva ao considerar a multiplicidade dos territórios e a constante ressignificação que ocorre por meio das interações cotidianas. Juntos, esses autores evidenciam que a territorialização é um processo dinâmico e relacional, no qual os sujeitos, por meio de suas práticas, reconfiguram o espaço, reafirmam suas territorialidades e criam novas formas de resistência e pertencimento.

A análise do processo de territorialização das trabalhadoras terceirizadas da limpeza da UESB - campus de Vitória da Conquista, exige uma abordagem que contemple a apropriação desses espaços, considerando suas dimensões simbólicas e afetivas.

Portanto, a territorialização pode ser compreendida como um processo contínuo de

construção e ressignificação do território, em que as relações sociais, as práticas cotidianas e os jogos de poder interagem para definir o uso e o significado do espaço. Esse conceito é fundamental para compreender como diferentes grupos estabelecem vínculos com o território e como a apropriação do espaço ocorre em múltiplas dimensões – física, simbólica, econômica e política.

Assim, é possível perceber como os sujeitos lidam com diferentes formas de exclusão e subalternização no ambiente. O controle sobre os tempos e os espaços de trabalho, as restrições impostas pela organização do trabalho e as barreiras simbólicas que delimitam quem pertence ou não a determinados territórios institucionais são elementos centrais para entender a territorialização. No entanto, ao mesmo tempo em que estão submetidos a um sistema que busca discipliná-los e controlá-los, os sujeitos desenvolvem formas de resistência e construção de sentido no espaço que ocupam.

Ao articular os conceitos de territorialização com as práticas cotidianas, este estudo busca evidenciar como os sujeitos se apropriam do espaço não apenas como local de trabalho, mas como um território construído por suas experiências, interações e estratégias de resistência. Conforme Raffestin (2003, p. 25), “[...] o território é um espaço em disputa, onde diferentes forças sociais e políticas se manifestam, criando novas significações e redefinindo constantemente as relações de poder”. Dessa forma, o território institucional não pode ser reduzido a um espaço subordinado à lógica organizacional, mas deve ser compreendido como um campo dinâmico no qual forças distintas – dominação, controle, resistência e ressignificação – se entrelaçam e se reconfiguram constantemente.

2.3 TERCEIRIZAÇÃO DO SERVIÇO PÚBLICO

Conforme destacam Druck *et al.* (2018), no Brasil, as transformações do trabalho, nos últimos 25 anos, estão fortemente interligadas aos processos de terceirização (ou subcontratação), revelando-se como uma forma centralizada da organização do trabalho no país.

Ainda que não se trate de um fenômeno recente, a terceirização do trabalho, segundo Castel (1998), remonta ao século XVI, quando na Inglaterra e França, o emprego da subcontratação era uma forma de controle e subordinação, praticado pelos mercadores aos artesãos independentes.

No contexto brasileiro, Druck *et al.* (2018) consideram que, apesar do sistema de *gato*,

presente no trabalho rural, ter relação com esse processo de subcontratação (vigente até os dias atuais), é por volta de 1852, quando da necessidade de se substituir o trabalho escravo pela mão de obra dos imigrantes europeus, fazendeiros em São Paulo importavam tal mão de obra e posteriormente a subcontratavam ao governo local.

O processo de industrialização e urbanização ocorridos entre meados do século XIX e início do século XX, reconfigurou as relações de trabalho no mundo e, conseqüentemente, o trabalho subcontratado passou a se constituir como uma atividade secundária, sobretudo na Europa e nos Estados Unidos (Druck *et al.*, 2018). Entretanto, com a mundialização e a financeirização do capital, no final do século XX e início do século XXI, o fenômeno da precarização e flexibilização do trabalho, passaram a ser uma constante na agenda do Estado, tendo em vista as políticas neoliberais advindas do reordenamento do capital e da regulação do mercado de trabalho (Druck *et al.*, 2018).

Druck *et al.* (2018) destacam que, embora existam estudos consolidados acerca da terceirização no Brasil que remontam anos de 1990, ainda são escassas pesquisas acerca da terceirização no serviço público e as existentes abordam discussões sobre regulamentação, limites constitucionais, entre outros; portanto evidenciando assim a necessidade de se melhor reconhecer e compreender o fenômeno da terceirização do serviço público brasileiro para além da subcontratação de empresas terceirizadas, na prestação de serviços como limpeza, manutenção, segurança, transporte etc.; ou das organizações sociais utilizadas na gestão de serviços de saúde e, mais recentemente de educação.

2.3.1 **Feminização e Terceirização: a Intersecção das Desigualdades de Gênero no Ambiente de Trabalho**

Com o processo de reorganização (e exploração) do mundo trabalho, a contratação de mão de obra terceirizada propiciou aos interesses do capital, a redução de despesas e, conseqüentemente, seus encargos trabalhistas, uma vez que, ao se contratar prestadoras de serviços, as empresas e o setor público se isentam de responsabilidades econômicas, trabalhistas e sociais, visto que tais trabalhadores não possuem relação direta com as atividades da contratante, vide o caso de trabalhadores de manutenção, limpeza, segurança etc.

A participação feminina no mercado de trabalho é o resultado de um longo processo histórico que envolveu a transição do trabalho doméstico, tradicionalmente atribuído às

mulheres, para a inserção no mercado formal. No entanto, esse movimento foi permeado por desafios relacionados à desigualdade de gênero, que afetaram diretamente as condições de trabalho e a evolução dos direitos das mulheres no ambiente laboral. Este fenômeno, no entanto, não ocorreu de maneira linear, sendo marcado por diversos fatores históricos e sociais que consolidaram a subordinação feminina no mercado de trabalho ao longo do tempo.

Historicamente, o mercado de trabalho brasileiro tem sido estruturado de maneira que as mulheres, especialmente as negras, ocupavam vagas mais desvalorizadas e de menores dificuldades. Durante o período colonial e imperial, as mulheres negras eram, em grande parte, escravizadas e obrigadas a trabalhar nas plantações ou como serviços nas casas dos senhores. Mesmo após a abolição da escravatura em 1888, essas mulheres continuaram a ser marginalizadas e empregadas, em sua maioria, em funções domésticas ou serviços de baixa qualificação. A feminização do trabalho, portanto, sempre esteve associada a uma depreciação social e econômica, sendo vista como um trabalho de segunda classe. Já as mulheres brancas, embora enfrentassem suas próprias discriminações, tinham maior acesso a empregos mais diversificados e remunerados, refletindo um sistema de segregação baseado em classe e em raça. Essa segmentação do mercado de trabalho, que associa a mulher negra à subordinação social e ao trabalho precário, se mantém até os dias atuais, sendo um reflexo das desigualdades estruturais do país.

Conforme destaca Arjava (1996), é na transição da Antiguidade para a Idade Média, com a migração do trabalho rural para o trabalho urbano, que houve um maior impacto social às mulheres, dadas as poucas alternativas de subsistências (para além do trabalho agrícola) e a baixa participação feminina na apropriação urbana; perpetuando tal conjuntura ao longo dos séculos seguintes. Essa condição da forte presença feminina no trabalho agrícola e doméstico também se verifica no contexto da configuração social brasileira. No Brasil, o trabalho doméstico é fortemente marcado pela presença feminina; à mulher, sempre coube o encargo da criação dos filhos e da organização doméstica; em tradições escravocratas, como a brasileira, a herança do trabalho doméstico foi transferida às mulheres negras, escravizadas e posteriormente informalizadas a servir e cuidar das famílias brancas, tornando-se escravas de dentro de casa (Lopes, 2010).

Lopes (2010, p. 123) assevera ainda que o processo de transição da escravizada à trabalhadora doméstica é marcado pela perpetuação de injustiças sociais e históricas e pela precarização de sua renda, de sua jornada de trabalho, de sua legitimação enquanto trabalhadora *visível*, visto que nesse contexto social, funcionam “[...] como um apêndice não integrado [...]” a essas famílias.

Essa precarização assume outros contornos quando da passagem do trabalho doméstico para outras atividades, em razão da ausência de uma qualificação para outras ocupações que requerem certo nível de escolaridade ou de conhecimentos, por exemplo, implicando na realização de atividades informais, de trabalhos subqualificados, na contratação temporária, na ausência de direitos e no enfraquecimento de reivindicações coletivas e sindicais (Gemma; Fuentes-Rojas; Soares, 2017).

A Constituição Federal de 1988 foi um marco na promoção dos direitos humanos e na busca por igualdade de gênero no Brasil. O Art. 5º, inciso I, que afirma que "homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição", estabeleceu a base legal para combater a discriminação de gênero, garantindo igualdade de direitos e deveres para homens e mulheres (Brasil, 1998). Além disso, o Art. 7º, inciso XXX, reforça essa perspectiva ao proibir "a diferença de salários, de exercício de funções e de critério de admissão por motivo de sexo, idade, cor ou estado civil", reafirmando o compromisso constitucional com a igualdade no ambiente de trabalho (Brasil, 1998). Essa mudança legislativa representou uma tentativa de transformação estrutural, embora a realidade tenha mostrado que a igualdade de gênero no mercado de trabalho ainda é um desafio constante. Conforme destacado por Gemma, Fuentes-Rojas e Soares (2017) as pesquisas que discutem relação de trabalho e gênero relacionam o aumento da presença da mulher no mercado laboral, mas as condições de trabalho entre os gêneros ainda é muito desigual, visto que a posição social da mulher na sociedade e na família, também são fatores determinantes no que diz respeito à estrutura de emprego e das condições de trabalho por ela realizadas, muitas das vezes em ocupações com uma forte relação com o trabalho relacionado às atividades do lar: empregadas domésticas, cuidadoras, serviços gerais, cozinheiras, conservação etc.

Ainda de acordo com Chillida e Cocco (2004), há ainda uma condição de subordinação que é imposta às trabalhadoras de serviços gerais, dadas as condições da realização de um trabalho sem qualificação formal, bem como da submissão a uma disciplina e lógica próprias das relações capitalistas de trabalho, em que a dominação masculina expressa-se tanto no ambiente doméstico como no trabalho assalariado.

Neste sentido, Souza-Lobo (2011) discute, ao tratar das questões relacionadas com a divisão sexual do trabalho, que aos homens lhes é reservada a possibilidade de recusa de determinados trabalhos, reforçando a ideia de dominação masculina sobre aquelas atividades consideradas formais e informais, visto que, nesta perspectiva, a atividade de limpeza ainda está fortemente vinculada à ideia do afazer doméstico e, por essa, razão, um trabalho historicamente realizado por mulheres.

No entanto, a realidade do mercado de trabalho ainda está longe de refletir essa igualdade formal. A terceirização no Brasil, uma prática cada vez mais comum em empresas privadas e públicas, tem contribuído para aprofundar as desigualdades de gênero e raça. Costa (2018) destaca que a terceirização no Brasil tem aprofundado as desigualdades estruturais de gênero e raça, pois as mulheres e os negros são frequentemente alocados em postos de trabalho terceirizados, que são menos valorizados e mais precários.

A feminização do trabalho terceirizado evidencia que as mulheres, especialmente aquelas de classes mais baixas e negras, são desproporcionalmente afetadas. Frequentemente alocadas em setores precarizados, como serviços de limpeza, conservação e segurança, essas trabalhadoras enfrentam baixos salários e poucas garantias trabalhistas, conforme assevera Carone (2013). Ainda de acordo com Santos (2000b), mulheres negras tendem a ocupar funções menos valorizadas, refletindo uma realidade inter-seccionada, agravada pelas desigualdades enfrentadas por esse grupo específico.

Scott (1988) destaca que "[...] o gênero é um elemento constitutivo das relações de poder [...]", evidenciando como a construção social do gênero se adapta ao contexto histórico e cultural. Essa perspectiva é crucial para compreender como a terceirização perpetua a marginalização das mulheres, resultando em uma dupla discriminação: de gênero e na precarização das condições de trabalho. A dinâmica do poder no mercado de trabalho, associada à construção social do gênero, é um fator determinante para a reprodução das desigualdades no ambiente de trabalho, especialmente em setores terceirizados, historicamente dominados por mulheres.

A terceirização, longe de ser apenas uma estratégia de otimização econômica, revela-se um mecanismo que perpetua as desigualdades de gênero, raça e classe. Ao segmentar o mercado de trabalho, ela impacta de forma desproporcional mulheres de baixa renda e trabalhadoras negras, aprofundando a disparidade salarial e a segregação ocupacional.

A interseccionalidade entre gênero, raça e classe é um fator determinante para entender as consequências da terceirização no Brasil. As mulheres negras, em particular, estão duplamente vulneráveis nesse processo, pois enfrentam a marginalização tanto pela sua condição de gênero quanto pela sua cor. Para esse grupo, a terceirização representa a continuidade de uma precarização histórica das condições de trabalho. Conforme Hooks (2000), a opressão interseccional molda as experiências das minorias, especialmente em um mercado de trabalho que hierarquiza funções e valoriza o trabalho de forma desigual. Nesse contexto, a concentração de mulheres negras em empregos terceirizados reforça as estruturas de poder que limitam o acesso a posições mais estáveis e valorizadas.

3 PERCURSO METODOLÓGICO

Neste capítulo, apresento o percurso metodológico seguido para responder a questão de pesquisa proposta.

3.1 TIPO DE PESQUISA

Para o alcance dos objetivos desta pesquisa, a investigação está fundamentada no paradigma interpretativo, tanto do ponto de vista ontológico quanto epistemológico, permitindo uma análise aprofundada dos significados atribuídos pelas participantes, conforme proposto por Burrell e Morgan (1979).

A abordagem interpretativa busca compreender as práticas sociais a partir das interpretações e significados construídos pelos sujeitos envolvidos. Segundo Schwandt (1994), esse paradigma enfatiza os aspectos subjetivos, sociopolíticos e as ações simbólicas que permeiam a construção da realidade.

Merriam (2009) destaca que, ao invés de buscar relações de causa e efeito, a pesquisa qualitativa se concentra em compreender o significado que um fenômeno tem para os participantes da pesquisa, procurando entender de que maneira eles interpretam suas vivências e constroem suas realidades. Como destacam Vieira e Zouain (2004), a pesquisa qualitativa deve seguir procedimentos rigorosos para garantir sua cientificidade, mesmo sem o uso de dados numéricos. Dessa forma, a pesquisa adota uma abordagem qualitativa, alinhando-se ao paradigma interpretativo.

Destaca-se também que, ao observar e registrar os fenômenos decorrentes de práticas cotidianas e de processos de territorialização, a abordagem da pesquisa descritiva, no contexto desta pesquisa, possibilita a identificação de padrões de comportamentos e dinâmicas sociais revelando como os indivíduos vão forjando seus *habitats*, produzindo transformações simbólicas; conseqüentemente, ressignificando o território em que atuam. Triviños (1987) considera que pesquisas descritivas são fundamentais quando o pesquisador necessita conhecer mais profundamente elementos característicos de uma determinada comunidade. No campo das práticas cotidianas, a pesquisa descritiva possibilita que se desvende o que está ocorrendo. Portanto, a fim de possibilitar um estudo em que é possível extrair informações, bem como

se observar determinados comportamentos e práticas subjetivas, esta pesquisa também assume um caráter descritivo na verificação dos fenômenos observados.

3.2 INSTRUMENTOS DE COLETAS DE DADOS

Neste estudo, para a coleta de dados, foram utilizadas a observação não participante e a entrevista em profundidade. Creswell (2013, p. 213) afirma que

os métodos qualitativos incluem uma variedade de instrumentos de coleta de dados, tais como entrevistas, observações, grupos focais e análise de documentos, cada um com suas próprias vantagens e desafios específicos para a pesquisa qualitativa.

A observação não participante, como instrumento de pesquisa qualitativa permite ao pesquisador adotar uma postura de espectador, registrando comportamentos e eventos sem interagir diretamente com os sujeitos, o que minimiza a influência do pesquisador no ambiente observado (Angrosino, 2007; Kawulich, 2005).

Particularmente útil em contextos sensíveis ou nos quais a presença ativa do pesquisador poderia alterar o comportamento dos sujeitos, a observação não participante exige um registro detalhado, geralmente realizado por meio de um instrumento chamado diário de campo. Esse diário não apenas documenta detalhes contextuais, comportamentos e interações sociais, mas também acompanha o desenvolvimento do pensamento do pesquisador, contribuindo para a construção de teorias fundamentadas (Emerson; Fretz; Shaw, 2013).

Complementando a observação, a entrevista semiestruturada, por sua vez, permite uma abordagem flexível, com um roteiro de perguntas que facilita o aprofundamento em temas relevantes, ao mesmo tempo em que oferece ao entrevistado a liberdade para explorar sua perspectiva de maneira aberta. Essa flexibilidade é crucial para explorar dimensões subjetivas e culturais, criando um ambiente de diálogo e confiança. A combinação da observação não participante com a entrevista semiestruturada possibilita a coleta de dados ricos e detalhados, que podem ser triangulados para reforçar a consistência das interpretações (Creswell, 2013).

As entrevistas semiestruturadas foram conduzidas com base na abordagem da história oral temática. Conforme destaca Bom Meihy (2002), essa vertente da história oral concentra-se em um assunto específico, buscando esclarecer fatos ou compreender a opinião do entrevistado sobre determinado acontecimento. De acordo com Ichikawa e Santos (2009), a história oral

temática organiza-se a partir de um tema previamente delimitado, o qual orienta a entrevista e direciona o discurso para aspectos definidos com antecedência. Complementarmente, Bom Meihy e Holanda (2015) salientam que essa modalidade se caracteriza pela estruturação da narrativa em torno de um eixo temático estabelecido pelo pesquisador, que serve de referência para a coleta e a análise dos depoimentos.

3.3 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA DE CAMPO

A observação não participante possibilitou acompanhar o cotidiano das trabalhadoras sem interferências, o que contribuiu para a identificação de comportamentos e interações no ambiente de trabalho (Angrosino, 2007). Durante a observação não participante, acompanhei a rotina das trabalhadoras terceirizadas, analisando as interações entre si e com outros trabalhadores, a distribuição das tarefas, os deslocamentos e os momentos de pausa. Também observei as dificuldades enfrentadas, como a sobrecarga de trabalho, a falta de materiais e as relações hierárquicas no ambiente. As observações ocorreram durante o expediente e variaram entre duas a quatro horas por dia. Para garantir registros detalhados, escrevi os diários de campo ao final de cada período de observação, registrando não apenas os acontecimentos, mas também minhas reflexões sobre eles.

O período de observação transcorreu em um total de 25 (vinte e cinco) dias, tendo uma média de 5 dias destinado a cada uma das participantes. Foi realizado um encontro inicial, no dia 6 de janeiro de 2025, em que, além de serem convidadas a participar da pesquisa, também foram explicitadas as questões éticas que envolviam o estudo, bem como o roteiro de perguntas e ainda a apresentação e, posterior coleta de assinaturas, do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

As entrevistas semiestruturadas ocorreram entre os dias 6 e 31 de janeiro de 2025, durante o recesso acadêmico, nos respectivos locais de trabalho das participantes, conforme solicitado por elas, respeitando a questão do horário mas, ainda que não dito, também o fato de que tais locais permitiriam *certa confiança* em responder as perguntas de forma mais privada. Saliento que, considerando a autorização do comitê de ética no dia 13 de dezembro de 2024, no dia 16 fui a campo, informalmente, para captar as interações entre as trabalhadoras, estudantes, docentes e demais servidores, que ainda permaneciam na universidade. Já no período oficial, as entrevistas ocorreram nos locais de trabalho das participantes, conforme solicitado por elas,

respeitando seus horários.

Conforme combinado previamente com elas, ficou acordado que, sempre que fosse necessário conversar novamente, eu deveria avisar por ligação ou mensagem de texto (via *Whatsapp*). Além disso, respeitei os horários de pausa para café, almoço e o encerramento do expediente, procurando evitar aproximações nesses momentos, de modo a não interferir na rotina estabelecida. O roteiro incluiu perguntas introdutórias, como '*Como você começou a trabalhar aqui?* e *Como é a sua rotina diária?*', seguidas por questões mais específicas sobre as relações com as pessoas, o espaço e as estratégias de resistência.

Mesmo após a confirmação da participação na pesquisa, houve a desistência de 8 (oito) participantes. Ainda que não afirmado ou oficializado, é possível inferir algumas possíveis razões à tais desistências, como por exemplo, o fato de se tratar de uma pesquisa com pessoas *invisibilizadas na instituição* e, provavelmente em razão dessa auto- percepção, algumas delas podem ter sentido algum receio ou medo de exposição, questões relacionadas ao sigílio, ou ainda a não compreensão plena do que seria a pesquisa. Conforme destacam Guimarães *et al.* (2016), não há muita informação acerca da prevalência e das razões que implicam na não participação em uma pesquisa científica.

Ainda assim, foi possível realizar a entrevistas com 5 (cinco) participantes, Godoi e Mattos (2006) ressaltam que, em pesquisas qualitativas, a quantidade de participantes não precisa ser previamente definida. Essa flexibilidade permite ao pesquisador retornar ao campo, caso necessário, para aprofundar as análises.

Durante esse período, mantive o foco tanto na coleta de depoimentos quanto na observação, o que se mostrou positivo, pois me permitiu relacionar as falas das participantes com suas práticas diárias. Ainda que soubessem que as entrevistas seriam gravadas, as participantes demonstraram sentir-se confortáveis e valorizadas pela oportunidade de compartilhar suas histórias.

Para enriquecer as observações e as entrevistas, utilizei, como mencionado anteriormente, o diário de campo, que se tornou fundamental para, conforme estabelece Angrosino (2007) anotar impressões, reflexões e observações detalhadas ao longo do processo de coleta de dados.

Para complementar a coleta de dados, também utilizei registros fotográficos (devidamente autorizados pelas participantes) durante a observação, por entender que tais registros seriam úteis às interpretações decorrentes das falas contidas nas entrevistas. Como bem destaca Loizos (2002), a imagem, mesmo em registros limitados, oferece um recurso significativo para ilustrar a evolução de ações e eventos concretos ao longo do tempo,

enriquecendo a pesquisa.

Com relação às participantes, como se verifica no Quadro 1, foram relacionados alguns aspectos a fim de caracterizar aquelas condições relacionadas tanto ao tempo de serviço prestado à instituição, e o tempo que levava na unidade em que se encontrava; portanto, relativas às práticas cotidianas (tempo institucional) e a territorialização (tempo na unidade), que emergem dos relatos de suas experiências e vivências.

Quadro 1 – Caracterização das entrevistadas

Participante*	Idade	Tempo de serviço na UESB	Tempo de serviço na unidade
Dilza	62 anos	26 anos	8 meses
Nita	64 anos	25 anos	7 anos
Dilma	46 anos	23 anos	2 anos
Zefinha	46 anos	14 anos	1 ano
Guimar	43 anos	3 anos	1 ano

*Os nomes das participantes foram alterados, a fim de preservar seu anonimato

Fonte: Elaboração própria

Após coletar todas as informações, iniciou-se a etapa de transformar o oral em escrito, ou seja como analisar e interpretar os dados. As análises das entrevistas de história oral temática e das observações foram realizadas com base na análise de narrativas, utilizando as orientações de Bom Meihy (2002), Ichikawa e Santos (2006) e Joaquim e Carrieri (2018).

3.4 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

A análise e interpretação dos dados coletados, das entrevistas, assim como das observações, foram realizadas por meio de um confronto entre teoria, narrativas das entrevistadas e anotações do diário de campo. Esse processo de triangulação foi conduzido de maneira sistemática e interativa, conectando as práticas cotidianas das trabalhadoras aos processos de territorialização, em consonância com as perspectivas teóricas de Certeau (2012) e Raffestin (2003).

Os dados registrados no diário de campo foram essenciais não apenas para complementar as histórias orais, mas também para a análise das impressões oriundas na imersão no campo (as observações), permitindo assim aprimorar a compreensão dos fatos, pois

o ato de escrever e refletir sobre as vivências ajudou a aprofundar a análise e gerar percepções mais precisas.

A maior parte dos trechos das entrevistas foi preservada em sua forma original, com algumas exceções em que foram feitos complementos. Essas alterações surgiram para esclarecer dúvidas sobre as narrativas de algumas, as quais foram discutidas e conversas não gravadas, mas devidamente registradas no diário de campo. Também foram corrigidos, na maioria das vezes, os erros gramaticais presentes nas falas, mantendo-se, no entanto, o conteúdo principal das entrevistas intacto.

O processo de análise dos dados seguiu três blocos temáticos que organizaram as informações coletadas nas entrevistas. Essa divisão em blocos foi uma estratégia de análise operacional que facilitou a compreensão dos dados e a organização dos relatos de forma clara e estruturada.

O primeiro bloco foi destinado a informações gerais sobre a UESB, apresentação do espaço e do cotidiano do trabalho das entrevistadas. O segundo bloco focou nas estratégias, táticas e resistências, revelando como as trabalhadoras enfrentam as dinâmicas de poder e as formas sutis de subversão no ambiente de trabalho. O terceiro e último bloco tratou de simbolismo e territorialização, analisando os significados atribuídos às ações, espaços e relações dentro do ambiente laboral, e como esses significados se transformam em formas de resistência simbólica.

A análise descritiva, na primeira etapa, consistiu na identificação de temas e categorias emergentes nas narrativas, permitindo mapear padrões e recorrências e estruturar os dados dentro desses blocos, conforme enfatiza Minayo (2001). Em seguida, a análise interpretativa buscou compreender como as entrevistadas constroem suas narrativas e atribuem significados aos eventos e ao contexto ao seu redor, pois, segundo Creswell (2013), esta envolve compreender os significados dos dados coletados a partir de uma base teórica, conectando as práticas cotidianas das trabalhadoras ao processo de territorialização e revelando como elas ressignificam os espaços da universidade por meio de suas experiências.

No tratamento dos dados, busquei preservar a autenticidade das falas das entrevistadas, reconhecendo que o gravador não registra gestos e dificilmente capta emoções, o que exigiu um trabalho cuidadoso na reconstrução dos relatos, em razão de que, nem sempre, a transcrição literal é suficiente para traduzir completamente a experiênciavivida. Joaquim e Carrieri (2018) enfatizam que o texto final nunca será um reflexo exato da entrevista, pois não teria sido pronunciado daquela forma pelo narrador.

4 A ENTRADA NO CAMPO: UESB – COTIDIANO E ESPAÇO DE TRABALHADORAS TERCEIRIZADAS

Neste capítulo, compartilho o percurso de inserção no campo de pesquisa, buscando oferecer ao leitor uma visão detalhada das minhas primeiras impressões.

Após a aprovação do Comitê de Ética, percebi a importância de caminhar pelo campo, observar as trabalhadoras e suas práticas, buscando elementos que subsidiassem a escolha das participantes da pesquisa. Assim, entre os dias 16 e 20 de dezembro de 2024, iniciei uma observação informal, percorrendo os diferentes módulos da universidade, desde os setores administrativos até os espaços de aulas. Meu objetivo era captar as interações das trabalhadoras com alunos e servidores, em um período no qual o semestre letivo se aproximava do fim.

Durante esses dias, estabeleci diálogos com algumas trabalhadoras, alunos e colegas. Precisava explicar minha presença no campo, informando que estava ali por conta do mestrado e realizando observações preliminares para embasar minha pesquisa. Esse primeiro contato foi fundamental, pois pude “sentir” o campo. Reitero ainda que desde a escolha do tema, mantive diálogo com os superiores hierárquicos das trabalhadoras, informando-os sobre os objetivos do meu projeto.

Reconheço que, ao realizar tanto a observação não participante quanto as entrevistas, foi impossível me manter completamente distanciada do campo ou preservar uma total imparcialidade. Trabalhar na universidade proporcionou um contato prévio com muitas trabalhadoras e servidores, o que contribuiu para que as sujeitas da pesquisa se sentissem à vontade em minha presença.

Essa familiaridade também facilitou minha introdução aos colegas de outros setores, momento no qual expliquei o propósito do meu estudo. As reações foram sempre de acolhimento e incentivo, com frases como: *Parabéns!*, *Muito bom!* e *Vejam, meninas, como vocês são importantes para nós*. Esse reconhecimento reforçava a relevância da pesquisa e, ao mesmo tempo, ressaltava a necessidade de dar visibilidade às experiências dessas mulheres. Assim, mesmo mantendo minha postura de pesquisadora, não deixei de trazer minha vivência como parte integrante desse espaço.

As entrevistas revelaram um universo rico de significados. As trabalhadoras compartilharam detalhes de suas rotinas, suas lutas diárias e as estratégias que criavam para enfrentar as dificuldades do trabalho precarizado. Algumas relataram a importância dos laços de solidariedade que estabelecem entre si, como forma de resistência diante das adversidades.

Outras trouxeram à tona o sentimento ambíguo de invisibilidade e reconhecimento, evidenciando a contradição entre serem pouco notadas no cotidiano e, ao mesmo tempo, essenciais para o funcionamento da universidade. São justamente essas ações, marcadas pela colaboração e dedicação, que asseguram o funcionamento contínuo da instituição nos três turnos, de segunda a sábado.

Essa dualidade permitiu compreender não apenas as dinâmicas da territorialização, mas também como, através de suas práticas cotidianas, essas mulheres ressignificam os espaços em que atuam. Pequenos gestos, como reorganizar um ambiente, personalizar um cantinho ou adaptar as tarefas às condições disponíveis, tornam-se expressões de criatividade e inventividade.

Convido você, leitor(a), a percorrer comigo este universo da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Campus de Vitória da Conquista. Aqui, as práticas cotidianas das trabalhadoras terceirizadas da limpeza não são meras execuções de tarefas, mas narrativas vivas, carregadas de significado. São histórias de luta, pertencimento e transformação, que fazem deste espaço um território praticado, ressignificado e vivido diariamente.

4.1 INFORMAÇÃO GERAL DO CAMPO

Em 2025, a UESB completou 45 anos de existência. O campus da universidade (Figura 1), em Vitória da Conquista, possui aproximadamente 600 salas entre salas de aula, salas administrativas e acadêmicas, que incluem em média 60 banheiros e 8 auditórios. O campus de Vitória da Conquista conta, ainda, com 8 (oito) unidades externas, sendo 3 localizadas nas adjacências da instituição e 5 no sentido do centro da cidade. As atividades de limpeza são desempenhadas por trabalhadoras terceirizadas, cuja equipe é composta majoritariamente por mulheres (cerca de 85%, conforme o contrato de terceirização). Essas profissionais, em um número aproximado de 79, são responsáveis por assegurar a higiene e limpeza da instituição.

O funcionamento da UESB ocorre das 7h às 22h30, de segunda a sexta, e aos sábados as atividades são realizadas das 7h às 18h. Para atender à demanda, a equipe de limpeza é organizada em dois turnos: o primeiro, das 7h às 16h ou 17h (dependendo da escolha de intervalo para almoço, que pode variar entre uma e duas horas); e o segundo, das 13h às 22h (há um ajuste, em alguns casos, das 13h às 21h).

Outro ponto que merece destaque diz respeito à questão salarial, que exerce influência

direta sobre a continuidade das atividades realizadas pelas trabalhadoras. Em diversos momentos, as atividades foram interrompidas em razão de problemas relacionados ao atraso no pagamento de salários, vale-alimentação e vale-transporte.

Figura 1 – UESB, campus de VCA



Fonte: Registro da fachada universidade

A abrangência do campo de minha pesquisa, correspondeu apenas aos módulos em que estão situadas as salas de aula (Figura 2); aproximadamente 80 salas. É preciso destacar que as atividades de limpeza variam conforme a finalidade de cada unidade. Por exemplo, a rotina de higienização de uma sala de aula difere substancialmente da limpeza realizada em um setor administrativo, um banheiro ou um auditório.

Figura 2 - Corredor de um dos módulos



Fonte: Registro de campo

As tarefas diárias incluem: limpeza e higienização de salas de aula, banheiros,

auditórios, corredores, entradas, saídas, enceramento de pisos, limpeza de cadeiras e janelas, lavagem de espaços variados e recolhimento de resíduos. Mensalmente, as trabalhadoras recebem um *kit* com os materiais necessários para a realização de suas atividades. Após a entrega, cabe a elas conferir, armazenar e responsabilizar-se por esses itens.

A maior parte dos módulos do campus dispõe de espaços destinados ao armazenamento de materiais de limpeza e ao descanso das trabalhadoras. Contudo, nem todos esses locais foram projetados especificamente para esse fim (descanso), o que representa um desafio para a adequação das condições de trabalho dessas profissionais.

5 TÁTICAS, ESTRATÉGIAS E RESISTÊNCIAS PRATICADAS PELAS TRABALHADORAS TERCEIRIZADAS DA UESB

As práticas estabelecidas pela universidade e pela empresa contratante delineiam o campo de atuação das trabalhadoras terceirizadas da limpeza; muitas vezes a partir de acordos não formais e invisíveis, que, no entanto, se materializam no cotidiano institucional. Ainda que essas trabalhadoras necessitam cumprir com obrigações trabalhistas junto a seus empregadores, é no cotidiano do local onde atuam profissionalmente que são forjadas suas táticas, estratégias e resistências. Além disso, é nesse mesmo contexto que se configuram as relações de poder que permeiam seu cotidiano profissional.

No cotidiano do trabalho terceirizado, há uma condição de identidade e de identificação que lhe são próprios: o empregador não atua na condição de chefe imediato, tendo em vista que essa relação ocorre pelo preposto (supervisor) e pelo cabo de turma da empresa que também exercem suas funções na instituição, como responsáveis pela sua equipe; em contrapartida, essas trabalhadoras terceirizadas realizam suas atividades nos mais diversos setores da instituição, muitas vezes subordinadas (indiretamente) a outros profissionais terceirizados ou pelo próprio corpo efetivo de funcionários e professores da universidade, que trabalham nesses setores.

Na percepção das ações simbólicas dessas sujeitas, aos poucos foi se evidenciando a construção e reconstrução de suas realidades, a partir de suas práticas, moldadas pelas suas trajetórias pessoais; corroborando assim com o que asseveram Lüdke e André (2013) quanto ao fato de que a observação do outro, implica que determinados aspectos de sua realidade nem sempre poderão ser evidenciados e, portanto, retratados na pesquisa.

Neste sentido, esta pesquisa assume contornos que propiciam a compreensão que as práticas e estratégias e, por conseguinte, as resistências dessas sujeitas da pesquisa, estão baseadas em lógicas que subvertem muitas vezes os padrões regulatórios das relações de trabalho, mas preservando as normas institucionais, sem que essas práticas comprometam suas empregabilidades.

De acordo com Trierweiller *et al.* (2008) a compreensão acerca do que diferencia tarefa de atividade é imprescindível para o entendimento das estratégias que serão aplicadas na sua execução, tendo em vista que, como a tarefa prescinde a atividade, dela resulta o entendimento de como ela deve ser executada e como ela se materializa na prática, resultando assim em concepções formais e informais sobre as práticas.

No cotidiano das trabalhadoras terceirizadas, revelam-se práticas que vão além da execução de tarefas mecânicas. Essas mulheres elaboram, a partir de suas rotinas, modos próprios de habitar o espaço da universidade, criando estratégias e táticas que expressam formas de resistência às imposições institucionais e à lógica da terceirização. Seus gestos cotidianos, ainda que micro e discretos, carregam densidade simbólica e revelam formas de territorialização que se constituem pela experiência vivida.

Segundo Certeau (2012), as estratégias estão associadas às estruturas de poder, oriundas de um “lugar próprio” — como o da gestão universitária ou da empresa terceirizada — e operam segundo uma lógica de racionalização e controle. Essas estratégias objetivam organizar os espaços, os tempos e os corpos a partir de um território previamente demarcado. Representam, portanto, mecanismos de controle e disciplinamento impostos pelo poder institucional, moldando o cotidiano das trabalhadoras a partir de regras e estruturas definidas de forma hierárquica e centralizada.

Nas experiências relatadas por Dilma, Guimar, Dilza, Nita e Zefinha, evidenciam-se estratégias institucionais voltadas à regulação do cotidiano laboral das trabalhadoras, como a existência de cronogramas de atividades, protocolos a serem seguidos, horários fixos, setores previamente definidos, exigência do uso de uniforme, controle por meio do registro de ponto e racionalização dos fluxos de limpeza. Tais elementos revelam um território estruturado pelo exercício do poder, tal como apontado por Raffestin (2003), no qual o controle dos corpos e dos movimentos das trabalhadoras se concretiza por meio de instrumentos tanto materiais quanto simbólicos.

Exemplos concretos dessas estratégias podem ser observados na elaboração do cronograma de limpeza pela empresa terceirizada, na distribuição dos módulos conforme a lógica administrativa da universidade e na ausência de espaços adequados para pausas e refeições. Tais práticas reiteram a tentativa institucional de imprimir no cotidiano uma racionalidade produtivista e disciplinadora, em consonância com uma territorialidade imposta.

Contudo, mesmo diante dessa lógica, as trabalhadoras exercem práticas que escapam ao controle organizacional. Conforme Certeau (2012), essas práticas são compreendidas como táticas, ou seja, modos de fazer daqueles que “não têm lugar próprio” e que se movem nas frestas do sistema, aproveitando as oportunidades do momento para agir com criatividade, astúcia e experiência. A organização do trabalho, com seus horários predefinidos e sequências de limpeza estabelecidas, configura a moldura dentro da qual suas práticas se desenrolam.

Nesse contexto, é justamente no âmbito das táticas que a capacidade de ação das trabalhadoras terceirizadas se manifesta de forma mais evidente. Frente a uma rotina intensa e

muitas vezes desgastante, essas mulheres elaboram respostas práticas e inventivas às dificuldades do dia a dia, mobilizando o que Certeau (2012,) denomina “inteligência prática do cotidiano”. Tal inteligência, segundo o autor, é marcada por uma atuação sutil, silenciosa e adaptativa, revelando como os sujeitos comuns subvertem normas e criam outras possibilidades de existência mesmo sob condições restritivas.

Ainda segundo Certeau (2012), o cotidiano não é apenas uma sequência de atividades rotineiras, mas um espaço em que as artes de fazer das pessoas ordinárias se manifestam de forma significativa. Essas práticas englobam modos de agir no dia a dia, sejam em rotinas, eventos inesperados, revoltas ou submissões, mostrando como o cotidiano é construído e reconstruído historicamente.

Neste sentido, conforme se observa nas falas a seguir, é possível verificar como essas práticas são materializadas em seus cotidianos.

Eu sigo uma ordem diferente do que foi passado. Às vezes começo pelos banheiros, outras vezes pelas salas ou pelos corredores. Faço isso porque assim consigo observar melhor o que está mais sujo e o que precisa de mais atenção. Cada dia tem um movimento diferente, e mudando a ordem, eu me organizo melhor no serviço (Dilza, 2025).

Não adianta seguir papel se a sala nem foi usada... (Zefinha, 2025).

No depoimento de Dilza, é interessante observar que, mesmo aparentemente sendo a parte “fraca” da relação, ela consegue subverter uma ordem vinda de cima, a partir do seu “próprio”. Isso é determinante na reorganização da prática cotidiana: ao refletir sobre as demandas tangíveis do trabalho, Dilza subverte a rigidez do planejamento, imposto pela contratante, pois aquele é o seu “lugar próprio”, optando por estratégias (que também são táticas) que melhor se ajustam às necessidades do momento e à vivência diária. Esse movimento traduz a disposição de “não obedecer” as normas institucionais a critérios de uso mais situacionais, de acordo com o contexto e a percepção individual.

No que concerne a fala de Zefinha, ao reorganizar as sequências de limpeza conforme sua própria leitura do uso dos espaços, verifica-se a mesma coisa, uma estratégia, segundo Certeau (2012), a partir do seu lugar próprio.

Essas práticas, sutilmente mobilizadas, revelam uma inteligência cotidiana, uma micropolítica da ação que permite às trabalhadoras reconfigurar o espaço de trabalho e introduzir formas próprias de vivência, ainda que em meio à lógica institucional. Isso mostra que nem sempre os fracos praticam somente a tática. No caso, do seu “lugar próprio”, elas conseguem exercer também a estratégia. Essa capacidade de lidar com os meios disponíveis,

recombinando elementos do cotidiano de maneira criativa, remete ao conceito de bricolagem, como observa Certeau (2012), a bricolagem expressa um uso criativo do que é imposto, transformando o consumo em uma prática ativa.

Eu improvisei um cabo de ferro para o rodo. Como são itens comprados por licitação, às vezes não vem coisa boa. Então como a base do rodo é muito boa, o cabo é frágil, então coloquei esse porque dura mais, realizo menos esforço também (Nita, 2025).

Quando a pia da copa entupiu e ninguém da manutenção apareceu, eu mesma fui lá, peguei um pedaço de arame que achei no fundo do armário, desentupi e ainda improvisei uma proteção com um filtro de café velho pra não entupir de novo. Foi o jeito (Guimar, 2025).

Observo, claramente, nessas falas, como seus processos criativos e autônomos possibilitam a criação de soluções às suas necessidades laborais, marcadas pela escassez de recursos e pela invisibilização de suas necessidades. Suas ações revelam uma forma de saber prático, não institucionalizado, que opera por meio da improvisação, do reaproveitamento e da adaptação. Nesse contexto, a bricolagem não se limita à substituição de instrumentos defeituosos, mas se torna uma prática de enfrentamento das limitações materiais impostas pela lógica burocrática da terceirização.

Guimar e Dilma, por exemplo, ao intensificarem a limpeza dos corredores entre segunda e sexta-feira, conseguem tornar as atividades de sábado mais leves e ágeis, o que lhes permite encerrar a jornada antes do tempo previsto. Com essa prática, elas não apenas otimizam o esforço físico acumulado, mas também constroem um ritmo próprio de trabalho, que se distancia das normas formais e revela uma forma tática de gestão do tempo e das tarefas cotidianas.

Da mesma forma, Dilza e Zefinha, ao circular pelos módulos e definirem suas próprias ordens de prioridades, evidenciam como a experiência transforma a rotina em práticas subversivas. São ações que, inscritas no cotidiano, não rompem diretamente com a estrutura institucional, mas introduzem nuances de autonomia e criatividade no fazer organizacional.

Essa criatividade cotidiana, que reorganiza tempos, tarefas e prioridades, também pode ser compreendida como uma forma de antidisciplina, no sentido proposto por Certeau (2012), ao deslocar a imposição da organização do trabalho por meio de pequenos desvios, improvisos e reinvenções. Não se trata de desobediência frontal, mas de uma reinvenção silenciosa das regras e da normatividade. A materialização dessas ações, em muitos casos, se aproxima do que se convencionou chamar de gambiarra — uma forma de inventividade popular que traduz, de maneira estética e funcional, a necessidade de adaptação e resistência (Silveira,

2019; Aguiar; Herschmann, 2018).

Quando a vassoura quebrou bem no meio do serviço, peguei um cabo velho que tinha guardado num cantinho e encaixei com fita. Ficou meio tortinha, mas terminei meu setor direitinho. Se for esperar consertar, a gente não dá conta. (Nita, 2025).

O rodo que uso é pesado demais e me dava dor no ombro. Aí peguei um cabo mais leve de uma peça antiga e adaptei. Ficou muito melhor, agora limpo mais rápido e sem tanta dor. (Zefinha, 2025).

Nesse sentido, as improvisações praticadas por Nita e Zefinha, constituem-se como gambiarras que evidenciam, simultaneamente, a precariedade das condições de trabalho e a engenhosidade criativa dessas mulheres, quando, por exemplo, necessitam transformar um objeto ou se apropriar de um determinado ambiente para atender a uma necessidade pessoal. Tais ações revelam uma inventividade cotidiana que, ao contornar limitações materiais, expressa formas de resistência e reapropriação do espaço laboral. Conforme destacam Assunção e Mendonça (2016), a gambiarra possui um potencial estético e político, pois manifesta a singularidade dos sujeitos e revela modos criativos de agir na reinvenção do mundo compartilhado.

Assim, um aspecto relevante observado na análise das práticas cotidianas diz respeito à necessidade de não compreender estratégias e táticas como práticas binárias e opostas (Yamamoto; Ichikawa, 2023). Conforme discutem Klozovski, Ichikawa e Angnes (2024), essas categorias se atravessam, se transformam e se ressignificam continuamente, moldadas pelas circunstâncias e pelas dinâmicas de poder em que os sujeitos estão inseridos. No caso das trabalhadoras terceirizadas da limpeza, essa compreensão é fundamental, uma vez que, embora estejam em uma posição socialmente subalternizada, exercem controle sobre os espaços que mantêm limpos - espaços que, por meio da prática cotidiana, passam a lhes pertencer funcionalmente, conferindo-lhes um *locus* próprio.

É justamente por meio da função que desempenham que essas mulheres constroem um tipo específico de autoridade e domínio sobre o ambiente, o que lhes permite articular estratégias diante das assimetrias de poder. Assim, suas ações não se reduzem a táticas isoladas de resistência, mas podem se configurar como respostas intencionais e planejadas, dentro dos limites impostos pela estrutura hierárquica da instituição.

Naquela sala eu evito realizar a limpeza quando um determinado funcionário está presente, prefiro realizar antes da chegada porque ele já me tratou mal, chamou o supervisor e o supervisor me deu uma bronca (Nita, 2025).

Eu limpo só o básico naquela sala. Aquele funcionário não me respeita, então

não vou me esforçar muito, não (Zefinha, 2025).

A escolha de Nita revela uma tática - reorganizar a execução do trabalho como forma de evitar um confronto direto - que, ao mesmo tempo, adquire contornos estratégicos, ao preservar sua integridade emocional e evitar exposição a situações constrangedoras. Ao atuar de forma calculada, dentro das possibilidades que o cotidiano permite, ela demonstra que sua ação carrega intencionalidade e poder.

Também o mesmo se pode dizer de Zefinha, cuja decisão de limitar a dedicação à limpeza daquele espaço é uma forma prática de responder à ausência de reconhecimento, reafirmando seu domínio sobre o ambiente ao qual está designada. Desse modo, percebe-se que essas mulheres, ao exercerem o controle sobre o espaço que limpam, constroem formas de enfrentamento que articulam táticas e estratégias de maneira dinâmica. Suas práticas demonstram que o poder não está apenas nas estruturas, mas também nas ações cotidianas de quem, mesmo em contextos marcados pela precarização, encontra formas de resistir, negociar e afirmar-se dentro dos territórios que ocupam.

Além das estratégias e das táticas, observam-se também resistências. Como propõe Certeau (2012), resistir não significa necessariamente confrontar diretamente as estruturas instituídas, mas sim subvertê-las por meio de ações aparentemente banais, que operam nas frestas do sistema. Trata-se de um modo de fazer que revela enfrentamentos simbólicos e deslocamentos das normas vigentes, mesmo quando não se apresentam como embates declarados.

Durante a minha observação em campo, percebi que essas resistências aparecem de diversas formas. Dilma e Guimar, por exemplo, questionam a desigualdade nos tempos de descanso entre os turnos: “Enquanto pela manhã é uma hora, à noite é só quinze minutos”. Essa denúncia revela uma percepção crítica das assimetrias institucionais e expressa uma resistência à naturalização das desigualdades, ainda que enunciada de forma cotidiana.

Outras resistências se evidenciam nas recusas deliberadas de repetir tarefas consideradas desnecessárias. Dilza, Nita e Zefinha optam por não higienizar salas que julgam já estarem limpas, baseando-se em um saber prático acumulado pela experiência. Tais recusas não se configuram como uma desobediência aberta, mas um tipo de antidisdisciplina, conforme compreendido por Certeau, Giard e Mayol (2013), no qual o sujeito se apropria do cotidiano e o reinscreve com significados próprios, construindo margens de autonomia frente ao controle institucional.

A resistência também aparece na organização autônoma da rotina de trabalho. Dilza

afirma: “Sou eu que conheço a dinâmica do módulo, então sou eu que sei como fazer meu serviço.” Essa fala expressa uma reivindicação de competência e de reconhecimento, desafiando a lógica da hierarquia que desconsidera o saber local da trabalhadora. Zefinha, por sua vez, recusa-se a ocupar uma posição de subalternidade simbólica, afirmando: “A gente é igual a qualquer funcionário aqui dentro. Não tem isso de ser menos porque é da limpeza.” A afirmação de sua dignidade profissional também configura uma resistência que desloca os sentidos atribuídos à sua função e reconfigura as fronteiras simbólicas entre categorias institucionais.

Os relatos das entrevistadas revelam práticas claras de antidisciplina, caracterizadas por um distanciamento em relação à plena adesão às normas institucionais. Em seu relato, Dilma afirma: "Na outra sala eu só varro por cima mesmo. A chefe lá já fez pouco caso de mim na frente dos estudantes, então não me esforço mais." De modo similar, Zefinha admite que opta por realizar apenas o mínimo, afirmando: "As janelas eu jogo apenas uma água e não esfrego, passo rapidamente uma vassourinha e tá tudo bem."

Tais declarações expõem uma estratégica resistência cotidiana, que se configura como uma subversão das exigências disciplinares. Sob a ótica teórica de Certeau (2012), tais gestos podem ser entendidos como formas de reapropriação do espaço de trabalho, em que o descaso intencional com a performatividade das tarefas institucionais se transforma em afirmação de autonomia e dignidade. Assim, o mínimo executado não reflete mero descuido, mas sim uma crítica velada aos mecanismos opressores que hierarquizam e desvalorizam a experiência dos sujeitos.

Essas atitudes ilustram o que Scott, Menezes e Guerra (2002) denominam formas de resistência cotidiana: práticas que, embora não configurem rebeliões abertas, produzem um enfrentamento contínuo e silencioso às formas de dominação. São vozes dissonantes que recusam, por meio do fazer, a lógica de produtividade imposta sem reciprocidade, respeito ou reconhecimento. Nesse sentido, mais do que simples desvios de conduta, tais resistências constituem práticas políticas do cotidiano, nas quais as trabalhadoras reinscrevem sua agência nos espaços que se apropriam.

As falas coletadas evidenciam ainda uma recusa manifesta à rigidez das normas institucionais, funcionando como gestos de resistência que, à primeira vista, podem parecer atos de mero descaso. Contudo, a partir do que preconiza Certeau (2012), esses comportamentos ganham uma nova dimensão: eles são táticas de subversão que desconstruem a narrativa oficial da disciplina. Em vez de se encaixarem no molde esperado pelo poder institucional, as entrevistadas optam por adotar estratégias pessoais para lidar com a opressão cotidiana,

transformando o mínimo exigido em um ato simbólico de autonomia.

De acordo com Certeau (2012), os indivíduos circulam e reconfiguram as estruturas por meio de práticas cotidianas que escapam à lógica dos sistemas de poder. Nesse sentido, a ação antidisciplinar não se dá por um confronto direto, mas pela suavidade de pequenos gestos - como “varrer por cima” ou “passar rapidamente com a vassourinha” - que, embora pareçam simples, representam uma reinterpretação das regras e uma contestação silenciosa contra a imposição de hierarquias. Esses comportamentos podem ser compreendidos como uma mobilização tática em que o subversivo se esconde na rotina, estabelecendo uma forma alternativa de organizar o trabalho que desafia a ordem instituída.

Além disso, essas táticas de resistência revelam uma desconstrução das relações de poder internamente consolidadas. A redistribuição de tarefas e a adaptação das atividades, mesmo que de maneira mínima, indicam que a disciplina institucional não é tão sólida quanto aparenta. Ao agir dessa maneira, as entrevistadas constroem um espaço de autonomia, demonstrando que o cotidiano se transforma em um campo aberto para a reinvenção das regras. Essa reapropriação do espaço funcional evidencia o potencial de contestação dos sujeitos, que, mesmo sem instrumentos formais de mudança, conseguem minar as lógicas tradicionais por meio de atitudes corriqueiras.

Portanto, as falas analisadas não representam apenas desvios pontuais da disciplina formal, mas sim momentos significativos de ressignificação do poder. Os gestos cotidianos de resistência funcionam como táticas que permeiam e subvertem a ordem estabelecida, permitindo que as sujeitas reajustem suas atitudes num ambiente marcado por uma lógica de poder difusa e, muitas vezes, invisível. Essa abordagem amplia nossa compreensão sobre como a antidisciplina se manifesta na prática, mostrando que o desafio às normas pode ser sutil, mas poderoso na transformação das relações institucionais.

Um outra categoria que emergiu da pesquisa em campo, gira em torno das relações de poder. As experiências cotidianas dessas trabalhadoras revelam múltiplas formas de relações de poder, que atravessam a organização do trabalho, os vínculos institucionais, os espaços físicos e as interações interpessoais.

De acordo com Raffestin (2003), o território é produzido não apenas por mecanismos de imposição, mas também por processos de apropriação e negociação realizados pelos sujeitos que o habitam. Assim, as práticas dessas trabalhadoras não são neutras nem meramente reativas, mas estratégias de resistência que reconfiguram o espaço e o tempo do trabalho, transformando o ambiente universitário em um território em disputa e em constante reconstrução.

Inspirando-me nas reflexões de Foucault (1987), entendo ainda que o poder não está

centralizado apenas em instituições ou figuras de autoridade, mas se expressa de modo capilar, disseminado em práticas aparentemente banais, silenciosas, mas profundamente reguladoras dos corpos, dos tempos e das subjetividades. A subordinação das trabalhadoras se manifesta, portanto, em uma estrutura hierárquica que define tarefas, horários, locais de atuação e formas de controle, moldando suas ações e decisões cotidianas.

A decisão de Zefinha, por exemplo, de deixar para limpar determinados setores após o horário de pico, não é uma escolha aleatória, mas sim pode ser entendida como uma prática de subversão das relações de poder que se manifestam na vigilância do corpo da trabalhadora, na hierarquia de espaços e nos olhares vigilantes de outros sujeitos. Ela organiza seu tempo e espaço de maneira a escapar da violência simbólica que se expressa através dos olhares de julgamento.

Eu deixo pra limpar aquele setor só depois das dez, quando o movimento diminui. Algumas pessoas que passam por lá vivem olhando torto, não gosto de ficar passando pano no meio deles (Zefinha, 2024).

Essa reconfiguração do território, ao evitar a exposição no campo de controle social, é um exemplo de como o cotidiano dessas mulheres é atravessado por práticas que negociam, contestam e se esquivam das relações de poder.

Dilza menciona a falta de materiais adequados para a execução das tarefas e a inexistência de espaços apropriados para descanso durante a jornada. Ela também relata que já foi transferida de setor por decisão da supervisão, sem qualquer aviso prévio. Já Guimar e Dilma evidenciam a sobreposição de tarefas entre turnos e a ausência de transporte entre os módulos mais distantes da universidade, o que impõe um esforço físico adicional. Essas situações revelam como o poder institucional se exerce sobre os corpos das trabalhadoras, desconsiderando suas necessidades e limites. Ao controlar seus deslocamentos e negligenciar condições básicas de trabalho, a empresa e a instituição reforçam formas sutis — porém constantes — de subordinação, moldando rotinas que atendem às exigências do sistema e não às daquelas que o sustentam.

As relações com outros grupos da universidade - como professores, alunos e servidores técnico-administrativos - são atravessadas por desigualdades simbólicas e institucionais. Mesmo quando cordiais, tais interações são marcadas por uma hierarquia tácita, que confina as terceirizadas a uma posição de invisibilidade ou subvalorização.

Nita e Dilza relatam o desconforto com a aproximação de uma atendente durante o momento da limpeza, evidenciando como o gesto, ainda que sutil, carrega consigo um sinal de vigilância. Zefinha e Guimar, por sua vez, menciona a frieza no tratamento recebido por uma

superiora, que ignorou seus trabalhos e solicitou que fosse refeito. Dilma compartilha como lida com as expectativas de seu trabalho e o desconforto nas interações com os outros grupos da universidade:

às vezes, tem professor que faz questão de dar uma ordem, como se fosse a coisa mais simples do mundo. A gente é invisível, só aparece quando precisa (Dilma, 2025).

Esse depoimento mostra a forma como as relações de poder se expressam em gestos aparentemente simples, mas que reforçam a subordinação das trabalhadoras. O comportamento dos professores e a naturalização da hierarquia refletem a invisibilidade das terceirizadas no contexto acadêmico. Essas práticas não se limitam a uma resistência explícita, mas são muitas vezes invisíveis e operam em uma esfera microfísica do poder (Foucault, 1987).

No plano interno da equipe de limpeza, o poder também se articula por meio de micropráticas cotidianas, que vão além das determinações institucionais formais. Uma dessas expressões é a existência de hierarquias tácitas, como o tempo de serviço sendo utilizado como critério de autoridade. Guimar, por exemplo, reconhece em Dilma — com mais de vinte anos de serviço — uma figura de referência, aquela que define como as tarefas devem ser executadas. Já Zefinha e Dilza relatam conflitos entre colegas que buscam se sobressair, tentando impor regras ou formas de organização do trabalho, revelando uma disputa silenciosa por poder dentro do próprio grupo.

Essas relações internas, muitas vezes, não são mediadas por mecanismos institucionais claros. Pelo contrário, operam por meio de dinâmicas marcadas pelo medo, pela autocensura e pela vigilância entre pares. Pode-se compreender, a partir do que Certeau (2012) considera como operam esses pequenos ajustes e estratégias cotidianas – como a redistribuição de tarefas que frequentemente desconsidera o que está formalmente previsto nos contratos ou as capacidades individuais – funcionando como táticas de resistência implícitas, que desafiam a lógica oficial do poder. Dessa forma, a manutenção de uma ordem difusa e muitas vezes invisível revela não apenas o enraizamento de hierarquias informais, mas também a criatividade dos sujeitos em subverter normas opressoras.

A segregação e a subordinação não se impõem apenas de fora para dentro, mas também são reproduzidas — e, em certa medida, desafiadas — nas interações cotidianas entre as trabalhadoras. Ao reconhecer a autoridade de Dilma, Guimar evidencia a naturalização dessas hierarquias internas. Do mesmo modo, os relatos de Zefinha e Dilza sobre os jogos de força entre colegas demonstram como essas relações de poder se materializam nas práticas de divisão do trabalho e na construção de uma hierarquia interna. Trata-se, portanto, de uma rede que não

se limita às estruturas institucionais, mas que se enraíza nas práticas cotidianas entre pares.

A imposição do uniforme, símbolo de uma distinção que separa as trabalhadoras do restante da comunidade acadêmica, revela um mecanismo de controle que opera de maneira simbólica e silenciosa. Como ressaltado por Tuan (1983), a espacialidade do trabalho não é apenas física, mas também carregada de significados. O uniforme, ao segmentar o espaço universitário, reforça a divisão entre os “dentro” e os “fora”, entre o que é visível e invisível.

Essa separação atua como uma imposição externa, mas também é internalizada pelas trabalhadoras, manifestando-se em suas práticas cotidianas e no modo como percebem a si mesmas no ambiente institucional. O estigma do uniforme se evidencia como marcador simbólico da separação entre funções e posições dentro da universidade.

A gente entra aqui e já sabe que tá marcada, é só ver o uniforme... a pessoa já sabe que você é da limpeza. Algumas pessoas, lá fora, até evitam falar com a gente por causa disso (Dilza, 2025).

Ao identificar o uniforme como um elemento que contribui para a segmentação espacial e simbólica das funções, Guimar evidencia como o poder opera não apenas pela vigilância direta, mas também por meio de símbolos incorporados e naturalizados. Nesse sentido, o uniforme não apenas cobre o corpo: ele revela e reforça fronteiras sociais e institucionais, inscrevendo nos gestos cotidianos das trabalhadoras as marcas de uma subordinação que é, ao mesmo tempo, material e simbólica.

Outro aspecto relevante diz respeito ao controle dos corpos no tempo e no espaço. Nita relata ser frequentemente procurada durante o horário de almoço para atender a demandas de outros setores, o que revela uma sobreposição de funções e a invasão de seus momentos de descanso. Essa prática expõe como os tempos institucionais tendem a se sobrepôr aos tempos subjetivos, desconsiderando as pausas como direitos e não como concessões. Embora Nita tenha afirmado que “está sempre à disposição”, sua entonação, o olhar desviado e a pausa prolongada entre as palavras sugeriam um incômodo velado — uma disponibilidade que parece menos uma escolha e mais uma expectativa imposta. Dilza menciona a necessidade de adaptar-se a espaços com odores fortes ou com estrutura inadequada, como laboratórios, sem a entrega de máscara de proteção e sem possibilidade de recusa já que é a única que trabalha naquela módulo.

A terceirização impõe uma condição permanente de instabilidade que ultrapassa os contratos formais e se inscreve nas experiências cotidianas das trabalhadoras. Essa instabilidade se manifesta em práticas marcadas pelo medo constante da demissão, pela insegurança quanto à continuidade do vínculo empregatício e pela necessidade de negociar sua permanência mesmo

após a aposentadoria. Como destacam Druck *et al.* (2018, p. 177),

[...] a instabilidade e a precarização são inerentes à própria lógica da terceirização, pois o vínculo empregatício é mediado por empresas contratadas, o que fragiliza a posição das trabalhadoras e as expõe constantemente ao risco de demissão, rotatividade e perda de direitos.

A vulnerabilidade, nesse contexto, é naturalizada como parte da experiência laboral, internalizando a ideia de que sua permanência é sempre provisória e condicional. Essa percepção é evidenciada por Dilza e, sobretudo, por Nita, que expressa com clareza essa consciência: “sei que vai chegar uma hora que eles não vão me querer mais”.

Além disso, os atrasos salariais, longe de serem um episódio isolado, reforçam a naturalização da vulnerabilidade no cotidiano das terceirizadas. A dependência econômica, fruto dessa instabilidade, se torna um elemento central na dinâmica de poder entre as trabalhadoras e os empregadores. Mesmo expostas à precariedade, a urgência em garantir a sobrevivência e manter suas condições de vida leva as trabalhadoras à subordinação, tornando-as reféns de um sistema que exerce controle econômico constante.

Como destaca Raffestin (2003), o território, enquanto espaço de relações de poder, não é apenas um lugar físico, mas um conjunto de práticas que organizam e definem as relações sociais e as condições de vida dos sujeitos. Nesse sentido, a dependência econômica não apenas reforça a relação de poder, mas a torna estrutural, perpetuando a subordinação e limitando as possibilidades de resistência das trabalhadoras.

A entrada no trabalho também é permeada por lógicas não universalistas. Zefinha relata que, para ingressar, foi preciso contar com indicações, evidenciando um processo de seleção informal e excludente. Assim como Zefinha, Guimar também contou com uma indicação. Outro aspecto bastante significativo diz respeito a não disponibilidade para realizarem cursos de aperfeiçoamento, dada suas rotinas extenuantes ou uma rotina de trabalho que não possibilita a realização de tais atividades durante os seus horários de trabalho. Isso também envolve relações de poder, pois a imposição de uma carga de trabalho intensa, que não permite momentos de desenvolvimento pessoal ou profissional, reforça a subordinação dessas trabalhadoras dentro de uma estrutura que as vê apenas como mão de obra.

Nesse contexto, o poder não é apenas exercido “de cima”, mas se infiltra nos detalhes da rotina, nas normas implícitas, nas expectativas silenciosas e nas interações entre sujeitos. Ao compreender essas dinâmicas, é possível revelar a profundidade com que as estruturas de dominação se reproduzem no cotidiano laboral das terceirizadas, ao mesmo tempo em que se reconhece a potência de suas estratégias de resistência e permanência nos espaços que ocupam.

6 PROCESSO DE TERRITORIALIZAÇÃO DAS TRABALHADORAS TERCEIRIZADAS NA UESB

O período de observação em campo possibilitou a descrição das práticas cotidianas realizadas no espaço de trabalho das trabalhadoras terceirizadas da limpeza da UESB – campus de Vitória da Conquista. Essas práticas, articuladas ao contexto específico da terceirização, evidenciam modos de agir que expressam estratégias, táticas e formas de resistência frente às imposições do ambiente institucional. Ao serem reiteradas diariamente, tais ações contribuem para a construção de vínculos com o espaço, revelando processos simbólicos de territorialização. Assim, o que inicialmente se apresenta como um espaço instituído pela lógica organizacional torna-se, por meio dessas práticas, um território vivido, carregado de significados, redes e tessituras (Raffestin, 2003; Certeau, 2012).

O cotidiano das trabalhadoras revela-se como um espaço simbólico e dinâmico de construção de territórios. Longe de ser um cenário neutro ou meramente funcional, o ambiente de trabalho constitui-se como campo de práticas, significados e apropriações. É nesse contexto que se inscrevem os processos de territorialização dessas mulheres, atravessados por relações de gênero, classe, trabalho precarizado, invisibilidade social e institucional.

Foi possível compreender que essas trabalhadoras, ao performarem suas atividades cotidianas, não apenas cumprem ordens ou seguem determinações administrativas, elas criam, dentro das limitações impostas, táticas que ressignificam o espaço e lhes permitem afirmar presença, construir vínculos e disputar sentidos. Essas ações — por vezes discretas, outras vezes marcadas por gestos de resistência — revelam que o território não é dado, mas produzido pelas práticas que nele se inscrevem.

Tal compreensão permitiu ainda se verificar como se estabelecem as relações de poder sobre sujeitas em posição de vulnerabilidade social e laboral e, conseqüentemente são forjadas suas práticas de resistência no cotidiano institucional. Ao analisar as práticas territoriais dessas trabalhadoras, busca-se contribuir para uma compreensão mais ampla dos processos de territorialização em contextos marcados por assimetrias de poder e reconhecimento social.

Segundo Haesbaert (2004), o território deve ser entendido não apenas como uma dimensão material, mas também simbólica e relacional. Nesse sentido, o território laboral das trabalhadoras da limpeza vai além da delimitação física dos prédios ou salas da universidade. Ele se configura a partir dos usos cotidianos, dos percursos, dos diálogos trocados nos

corredores, das pausas nos pátios, dos olhares de vigilância ou de afeto que atravessam seus deslocamentos.

6.1 A APROPRIAÇÃO SIMBÓLICA DO ESPAÇO INSTITUCIONAL

Logo ao iniciarem seu trabalho em um novo setor, observa-se, a partir das falas das sujeitas da pesquisa, que muitas buscam, de imediato, um “cantinho” que, em seus imaginários, representa a delimitação que dá sentido a seus territórios, contrapondo-se a ideia da *não fixação*, da *transitoriedade*, do *não-lugar* (Albagli, 2004). Esse movimento não é apenas funcional, mas simbólico: representa uma tentativa de estabelecer vínculos, criar conforto e afirmar uma presença subjetiva dentro de um território institucionalmente impessoal, em consonância com a concepção de Lefebvre (1991), para quem o espaço é produzido socialmente e carrega marcas das práticas cotidianas, das relações sociais e da vivência dos sujeitos. Mesmo quando o espaço disponível é um depósito improvisado, sem estrutura adequada, elas se apropriam e o resignificam por meio de gestos simples, como a arrumação de cadeiras ou a organização de materiais, com vistas à criação de pequenos espaços afetivos.

Um exemplo disso é o “cantinho do café”, idealizado por Zefinha, montado por um grupo de trabalhadoras em um espaço originalmente sem destinação específica. Neste ambiente, entre uma pausa e outra, estabelece-se não somente um intervalo na rotina extenuante, mas um território de sociabilidade e cuidado, simbolicamente apropriados. Em outro canto, plantas cultivadas por Dilza repercutem como esses elementos decorativos atuam como uma extensão simbólica do lar.

Nesse sentido, Raffestin (2003, p. 143) nos oferece uma chave interpretativa relevante ao afirmar que o território é uma “(...) produção a partir de representações que um sujeito faz do espaço que ocupa, transforma e vive”. Portanto, este *ocupar* representa o elo entre o espaço doméstico e o ambiente laboral, funcionando como símbolo de vida e resistência e ao mesmo tempo dando significância ao pertencimento, visto que a apropriação autônoma possibilita a *demarcação* do território para além dos limites próprios do ambiente laboral, sem *personificação* e sem *identidade*, visto que, diferentemente de outros setores institucionais em que os servidores se direcionam a seus ambientes de trabalho (sala, mesa, armário), no caso das terceirizadas da limpeza, não há um local específico que funcione como o *seu ambiente* e sim, o que há são os setores/salas, corredores, sanitários etc. que correspondem aos locais em

que realizaram as suas práticas laborais.

Conforme pode ser observado na fala de uma das participantes

A gente tem que dar conta de tudo rapidinho, mas já sei onde tá cada coisa. Essa sala aqui já virou meio que ‘minha’, eu chego, já sei o que precisa, boto a musiquinha no celular baixo e vou fazendo meu serviço (Nita, 2025).

Nesta fala é possível se verificar como o processo de territorialização, descrito por Haesbaert (2004), corresponde à dimensão simbólica do território. A funcionária estabelece uma relação de pertencimento com o espaço através de práticas cotidianas como o conhecimento detalhado da organização (“já sei o que precisa”) e a introdução de elementos pessoais como a música. Estas práticas representam o que Certeau (2012) denomina "maneiras de fazer", através das quais os sujeitos em posição de menor poder institucional conseguem criar espaços próprios dentro de estruturas dominantes.

Dois importantes elementos contidos nessa fala reforçam esse simbolismo territorial: a *música* e o *volume baixo*. A música, em específico, atua de forma a se demarcar simbolicamente o território, visto que essa personalização da atmosfera, reflete o pertencimento de um espaço que, formalmente, não lhe pertence; por sua vez, a altura do volume sugere o estabelecimento de uma tática de não-confrontação, uma forma de apropriação que não desafia abertamente as normas institucionais, mas que ainda assim transforma o espaço em território próprio.

Esta prática ilustra perfeitamente o conceito de tática de Certeau (2012), como uma operação que não pode contar com um lugar próprio, mas que joga com o terreno que lhe é imposto, aproveitando as ocasiões para estabelecer uma presença no espaço do outro. A funcionária não tem poder formal sobre a sala, mas através de suas práticas cotidianas, transforma-a em “sua” sala.

As salas de aula vazias também são ressignificadas em determinados dias, especialmente quando não há atividades acadêmicas. Durante a observação em campo verifiquei que uma Nita, Dilma e Guimar utilizam dessas salas para descansar durante os intervalos ou mesmo tirarem um breve cochilo. Em outras ocasiões, o mesmo espaço torna-se local de encontro e conversa entre colegas, funcionando como abrigo momentâneo. Esse uso tático do espaço — muitas vezes à margem das normativas institucionais — dialoga com o que propõe Certeau (2012), ao apontar que os sujeitos subalternizados se apropriam dos espaços por meio de “manobras” que escapam às estratégias de controle, criando zonas de liberdade mesmo sob estruturas hierarquizadas.

Outro aspecto significativo é a transformação de espaços negligenciados em territórios

organizados segundo critérios próprios, como demonstra o relato de Dilza:

Aquele armário que estava abandonado, ninguém dava jeito, tudo bagunçado. Um dia tirei tudo, limpei, organizei por material e coisas pessoais minhas. Agora, quando eu chego, sei onde tá cada coisa (Dilza, 2025).

Este relato ilustra o conceito de território como resultado de uma produção a partir do espaço, conforme proposto por Raffestin (2003). A transformação do espaço institucional negligenciado (“armário abandonado”) em um território organizado, obedece assim a critérios e julgamentos próprios de Dilza. A ação de reorganizar o armário representa uma tática de territorialização que aproveita uma oportunidade (“ninguém dava jeito”) para estabelecer uma ordem própria.

O fato de incluir suas coisas pessoais aos materiais de trabalho, confere uma fusão entre o pessoal e o institucional, condições características em processos de territorialização em ambientes laborais. De acordo com a ideia de multiterritorialidade sugerida por Haesbaert (2004), esse território pessoal criado dentro do território institucional, apresenta múltiplas camadas de significado e pertencimento a este ambiente.

Tal gesto pode parecer corriqueiro à primeira vista, mas, de acordo com o que estabelece Certeau (2012), trata-se de uma tática criativa de apropriação. Ainda que se trate de um bem público e coletivo, o gesto revela uma forma de apropriação simbólica do objeto, transformando-o em marco de seu território cotidiano, em mais um elo entre o espaço impessoal da universidade e a subjetividade daquelas que ali atuam. Essa *apropriação* reforça como essas táticas subvertem a ordem (muitas vezes) do regramento institucional, reinterpretando as suas maneiras, o uso dos espaços e estrutura à sua volta.

Esta reorganização simbólica de sua presença material, lhe confere uma identidade a este ambiente que tende a invisibilizá-la. Como afirma Haesbaert e Limonad (2007), o território possui tanto uma dimensão objetiva (o armário físico reorganizado) quanto uma dimensão subjetiva (o significado pessoal atribuído a esse espaço).

Curiosamente, ainda que a estas trabalhadoras não lhes fora designado um *espaço específico* para que elas possam organizar suas atividades, realizar seus momentos de descanso ou de suas refeições, há um respeito por esses *territórios* por elas instituídos; não se observa, por parte das demais pessoas que coabitam estes mesmos ambientes, uma certa *invasão*, como se se tratassem de áreas comuns. O efeito da *apropriação* desses ambientes acaba por repercutir na relação cotidiana entre essa *comunidade*, uma vez que se observa o respeito, pelos demais, do *espaço de Nita* ou ainda a consulta prévia para abrir o *armário de Dilza*.

Em contrapartida, também são estabelecidos laços afetuosos e práticas de cuidado

mútuo que transformam o cotidiano, operando como formas de resistência à invisibilidade. Como nos lembra Haesbaert e Limonad (2007), a territorialização é expressão de um sujeito que se relaciona com o espaço a partir de práticas que conferem sentido ao viver e ao agir.

Assim, as relações sociais que se estabelecem no cotidiano de trabalho — com colegas terceirizadas, com docentes, estudantes e servidores efetivos — também propiciam a territorialização. Essas interações possibilitam a construção de vínculos, afetos e conflitos, compondo a tessitura simbólica do território, conforme pode ser verificado na fala de Dilma:

tem dia que a gente nem é vista, mas tem professora que sempre pergunta se a gente já tomou café. Quando ela não vem, já sinto falta... essas coisas vão dando sentido, sabe? A gente vai criando laço (Dilma, 2025).

O estabelecimento de territórios simbólicos, por meio de laços afetivos, reforça o impacto das relações interpessoais nesse processo de territorialização. Ao reafirmar a sua percepção de sua condição de invisibilidade institucional (“tem dia que a gente nem é vista”) há também, por outro lado, a demonstração de como o reconhecimento por parte de uma professora, lhe assevera este território simbólico.

A territorialização, portanto, manifesta-se como um processo de resignificação constante do espaço de trabalho. Ao mesmo tempo em que essas trabalhadoras enfrentam um cotidiano marcado pela precarização, pela invisibilidade e por relações assimétricas de poder, também produzem sentidos, constroem redes de solidariedade e reinventam formas de estar e permanecer, reinterpretando ou aproveitando-se das regras e espaços (Certeau, 2012). Nesse processo, o território da limpeza na universidade não é apenas imposto — ele é vivido, disputado e simbolicamente apropriado.

Entretanto, é preciso destacar que nem todas as trabalhadoras conseguem realizar esse processo de territorialização com a mesma intensidade. Notadamente, aquelas que se aproximam da aposentadoria — ou que já estão aposentadas, mas seguem trabalhando por necessidade — enfrentam barreiras maiores. Conforme relatado em campo, quando ocorre a mudança de empresa terceirizada, é comum que essas mulheres não sejam recontratadas, o que gera um sentimento de descontinuidade e de expulsão simbólica do território que ajudaram a construir. A incerteza quanto à permanência e o apagamento de seus vínculos com o espaço universitário atuam como mecanismos de desterritorialização forçada.

Além disso, quando há constante rodízio das trabalhadoras entre os módulos de trabalho, essa territorialização também é afetada, principalmente para aquelas que estão há mais tempo na universidade. A sensação de instabilidade impede que se criem vínculos duradouros

com o espaço, dificultando a construção de referências afetivas e simbólicas.

Outro fator que fragiliza o sentimento de pertencimento é a recorrência de atrasos salariais. Quando os vencimentos não são pagos em dia, o impacto não é apenas econômico, mas subjetivo. Diversas trabalhadoras expressaram, com tristeza e indignação, que nessas situações sentem como se seu trabalho não tivesse valor, como se sua presença fosse invisível. Essa desvalorização simbólica mina a construção de vínculos e interrompe, mesmo que temporariamente, o processo de territorialização.

Quando o salário atrasa, parece que a gente não existe aqui dentro. A gente faz tudo, limpa, organiza, mas ninguém vê. Fico pensando: será que vale mesmo a pena? (Zefinha, 2025).

Esta fala revela a tensão entre o processo de territorialização realizado pelas trabalhadoras e a invisibilidade institucional que enfrentam. A expressão “parece que a gente não existe aqui dentro” evidencia o desafio de estabelecer um território simbólico em um ambiente que não reconhece sua presença.

O questionamento “será que vale mesmo a pena?” pode ser interpretado como uma forma de resistência silenciosa, uma tática (Certeau, 2012) que questiona a relação de poder estabelecida. Esta reflexão crítica sobre o valor do próprio trabalho representa uma forma de insubordinação simbólica, uma recusa em aceitar passivamente a invisibilidade imposta. A menção ao atraso do salário conecta a dimensão material (econômica) à dimensão simbólica (reconhecimento), demonstrando como as relações de poder econômico impactam diretamente as possibilidades de territorialização e pertencimento institucional.

Esta conexão entre o material e o simbólico corresponde à dupla conotação do território descrita por Haesbaert (2004).

Nesse contexto, o território, enquanto dimensão simbólica do trabalho, torna-se frágil, vulnerável às dinâmicas de exclusão e precarização. Como lembra Haesbaert (2004), o território é também espaço de conflito, em que disputas por reconhecimento, permanência e pertencimento são travadas de forma cotidiana.

As práticas cotidianas dessas mulheres não apenas produzem o território da limpeza na universidade, mas também o reinventam continuamente frente às adversidades. São os gestos singelos, as estratégias de sobrevivência e os vínculos interpessoais que fazem do campus da Universidade um espaço de vida para essas trabalhadoras. Ainda que a institucionalidade negue o reconhecimento formal de sua presença como parte constitutiva da universidade, elas insistem, cotidianamente, em afirmar: “aqui também é meu lugar”.

Estas práticas territoriais confirmam a perspectiva de Certeau (2012) sobre as artes de fazer cotidianas como formas de resistência e a visão de Haesbaert (2004) sobre a multiterritorialidade como processo complexo de apropriação simultânea de múltiplos territórios. As trabalhadoras terceirizadas, mesmo sem um lugar próprio designado institucionalmente, conseguem criar territórios simbólicos e materiais através de suas práticas cotidianas.

Conforme Raffestin (2003), o espaço é um conceito mais amplo e anterior ao território, que se configura a partir do momento em que um sujeito se apropria dele, seja por meio de ações concretas ou simbólicas. No contexto do trabalho dessas trabalhadoras, essa apropriação se dá por meio de suas práticas cotidianas, como decorar seu ambiente de trabalho, cultivar plantas, escutar músicas e, até mesmo, criar momentos de sociabilidade, como encontros informais para tomar café com as colegas. Ao realizar essas ações, elas não apenas ocupam fisicamente o espaço, mas o transformam, resignificando-o e criando um vínculo afetivo com ele, tornando-o, assim, seu território pessoal e simbólico.

A territorialização, neste contexto, não se limita à ocupação física de espaços, mas envolve também a construção de significados e relações. Como afirma Raffestin (2003), o território é uma produção a partir do espaço que revela relações de poder, e as práticas territoriais das trabalhadoras terceirizadas demonstram como o poder não se exerce apenas de cima para baixo, mas também através de resistências e apropriações cotidianas.

Nesse sentido, notei que as trabalhadoras mais antigas demonstram um sentimento de posse sobre os espaços, assumindo papéis centrais nas interações cotidianas e na organização informal do ambiente de trabalho. As mais novas, ao ingressarem, se inserem em uma hierarquia tácita, na qual o respeito às práticas e gestos das mais experientes é essencial para uma convivência harmoniosa. Essa dinâmica revela como o processo de territorialização é atravessado por relações de poder, que influenciam diretamente a construção e a resignificação dos espaços.

A territorialização, portanto, não é apenas um processo de apropriação, mas também de disputa e negociação, em que as práticas cotidianas e as relações interpessoais se entrelaçam, criando um território tanto de afeto quanto de resistência. É possível perceber que as práticas cotidianas das trabalhadoras terceirizadas da limpeza, aliadas às relações construídas entre elas, resultam na territorialização de um espaço que, a princípio, está submetido às regras institucionais e às funções estabelecidas pelo poder dominante (Certeau, 2012). A universidade, nesse contexto, é concebida como um lugar de produção de saber, organização administrativa e circulação de pessoas, em que essas trabalhadoras 'deveriam' apenas executar tarefas de

higienização de maneira invisibilizada. No entanto, ao atribuírem novos sentidos aos ambientes que ocupam — como ao nomearem espaços, construírem redes de apoio e definirem seus próprios ritmos de atuação — essas mulheres transformam esse espaço em território.

Assim, com base em Raffestin (2003), compreendo que a universidade representa a prisão original e, ao ser transformada em território pela ação das trabalhadoras, torna-se a prisão que as pessoas constroem para si, pois, embora marcada por apropriações simbólicas e afetivas, ainda está condicionada pelas limitações estruturais da terceirização e pelas desigualdades que atravessam suas vidas. Ao transgredirem silenciosamente os limites impostos, essas mulheres exercem uma forma de resistência que transforma a lógica dos espaços institucionais. Seus gestos cotidianos e táticas de sobrevivência se tornam instrumentos de luta, reinventando o cotidiano e desafiando a invisibilidade imposta pela lógica da terceirização.

7 CONCLUSÃO

A partir da finalização de uma pesquisa científica nos é possível evidenciar que sua conclusão não encerra seus resultados; ao contrário, possibilita que novas descobertas possam ser alcançadas, tanto a partir das discussões que dela emergem, como o interesse de novas investigações decorrentes de seus achados.

Neste sentido, a conclusão desta dissertação de mestrado demonstra que o cotidiano das trabalhadoras terceirizadas da limpeza que atuam na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, campus de Vitória da Conquista-BA, ultrapassa os limites de uma relação meramente operacional com o espaço físico onde trabalham.

Como objetivo geral, a pesquisa, de caráter qualitativo, buscava compreender como as práticas cotidianas das trabalhadoras terceirizadas da limpeza, contribuem para os seus processos de territorialização em seus ambientes de trabalho, neste caso, a UESB. O estudo procurou ainda, a partir da descrição dos ambientes e das práticas diárias dessas trabalhadoras, revelar suas rotinas, estratégias, táticas e formas de resistência; bem como compreender como tais práticas se traduzem simbolicamente, forjando assim seus processos de territorialização.

Das narrativas oriundas da imersão no campo de pesquisa, em que tanto fora possível observar como também obter, por meio de seus depoimentos, conduzidos a partir das entrevistas semiestruturadas, o registro de suas práticas cotidianas, é possível interpretar que muitas de suas ações estão pautadas em táticas e estratégias, destinadas às suas resistências, por meio da reinvenção de seus espaços, transformando-os em territórios de pertencimento, resistência e da autoafirmação de suas identidades.

A lógica de racionalização e de controle institucional é aplicada às trabalhadoras terceirizadas, tendo em vista o cumprimento de uma série de protocolos, de horários, do uso obrigatório do uniforme, da racionalização dos fluxos de limpeza etc.; controle este que busca a disciplina de corpos e almas dessas mulheres num trabalho precarizado. Mas será que isso é totalmente conseguido?

A pesquisa mostrou que as experiências das práticas diárias são configuradas a partir dessa inter-relação entre as condições de trabalho, a convivência com os diversos atores institucionais, o controle material e simbólico. No transcurso de seus cotidianos, vão sendo constituídas as marcas que evidenciam que o espaço ao redor não é apenas um mero cenário e sim representa um elemento ativo no processo de construção do cotidiano das trabalhadoras terceirizadas da UESB. Assim, o ambiente de trabalho se configura como um campo de forças

em que se desenrolam lutas simbólicas e práticas de resistência.

No processo de análise dos resultados, a partir da recompilação das falas das participantes, bem como dos apontamentos registrados ao longo da observação no campo, foi possível evidenciar que as trabalhadoras realizam práticas que subvertem o controle institucional. Práticas estas, realizadas por aquelas cujos lugares, a princípio, não lhes são próprios, mas que são manifestadas a partir de suas criatividade, de suas astúcias e de suas experiências, é dizer, essas trabalhadoras se utilizam de uma lógica própria, por meio de suas percepções sobre a realidade em que vivem, reapropriando-se desses espaços, a partir de práticas que vão sendo implementadas sutil e silenciosamente.

Destaca-se ainda o fato de que essas práticas – sejam estratégias, sejam táticas - não se limitam à esfera funcional, mas se estendem ao campo das relações interpessoais, uma vez que relações de poder e ao mesmo tempo, redes de apoio, são estabelecidas entre essas trabalhadoras e, coletivamente, elas vão se reinventando frente às adversidades, constituindo-se assim uma forma de resistência coletiva. Ainda que não haja o reconhecimento institucional do valor do trabalho por elas executado, suas práticas diárias servem como fontes de reafirmação do seu existir e resistir no mundo e do seu saber empírico, negligenciados, muitas vezes, pelos discursos oficiais. Assim, suas resistências, manifestas em práticas cotidianas, constituem-se como resposta ativa à marginalização, e ainda como repositório de potencialidades com vistas à transformação do ambiente do trabalho e da condição de invisibilizadas.

Com relação ao que se pretendia compreender como práticas que, simbolicamente, ocasionavam processos de territorialização, é preciso destacar que práticas de territorialização, conforme nos indica a literatura, correspondem à forma como os indivíduos produzem, organizam e ressignificam os espaços onde vivem e trabalham. Marcada tanto por elementos físicos quanto simbólicos, essa territorialização se configurou a partir de atos relativos a práticas de apropriação, como por exemplo a personalização dos espaços de repouso; ou ainda, aos pequenos rituais do cotidiano, como escutar sua própria música para a realização de seu trabalho. Assim, essas *artes de fazer* são determinantes à construção de seus espaços e conseqüentemente à condição de pertencimento.

Essa condição de produção e reprodução contínua do território, a partir das práticas individuais e coletivas, permite que se reconheça que o espaço e sua gestão não se limita à ordem do planejamento e do controle institucional, pois a experiência e o repertório dos indivíduos que dele ocupam, também lhes possibilitam emular o sentido de pertença, resistindo assim à perversa ordem da invisibilidade e da desvalorização.

Relativo às contribuições da pesquisa, a investigação pode amplificar discussões que

tratam das estruturas formais de poder e como tais invisibilidades subvertem a lógica da otimização dos processos de gestão de pessoas. Mostra também que trabalhadores invisibilizados, como são as trabalhadoras terceirizadas da limpeza, também jogam o jogo de maneira criativa, mesmo com toda a precariedade a que estão mergulhadas nas relações de trabalho.

No entanto, em termos práticos, faz-se necessário reconhecer que apesar das estratégias de resistência e das táticas de territorialização desenvolvidas, é fundamental que políticas institucionais mais inclusivas sejam implementadas pelas organizações, pois é na valorização dos saberes empíricos e no reconhecimento dos pequenos atos diários que podem ser estabelecidas ações efetivas à promoção de condições mais dignas de trabalho. Tais iniciativas não apenas podem implicar na melhoria na qualidade de vida, mas, sobretudo, impulsionar uma mudança na maneira como as instituições acadêmicas percebem e se relacionam com todos aqueles que nela trabalham, para além de seu corpo docente e de seus funcionários.

Esse repensar as estratégias de gestão, a partir da valorização da diversidade dos saberes e da complexidade dos processos cotidianos, pode ainda possibilitar que as políticas de recursos humanos promovam o diálogo, o reconhecimento e a participação ativa daqueles que, apesar de ocuparem posições tradicionalmente marginalizadas, detêm um conhecimento profundo sobre a dinâmica do ambiente em que atuam.

Referente às suas limitações, é possível afirmar que a pesquisa poderia ter abarcado um tempo maior em campo, em que fosse possível aprofundar mais em algumas questões que se mostram importantes diante do tema tratado nesta pesquisa, e que não consegui tratar com a devida profundidade, como a problemática da precarização do trabalho terceirizado e também questões de gênero. Também, seria interessante verificar como tais questões são vivenciadas por trabalhadoras mais recentes na instituição e como estas vão forjando suas táticas, se a partir da reprodução das estratégias das veteranas ou se pela elaboração de novos determinantes à constituição de suas pertencas institucionais.

No tocante às pesquisas futuras, este estudo abre inúmeras possibilidades, com a ampliação do recorte da análise e assim se incluir outras instituições ou ainda outros segmentos de trabalhadores, permitindo assim que se produzam comparações entre contextos e a identificação de práticas que lhes são comuns ou reforçar aquelas que lhes são particulares. Ademais, a incorporação de uma abordagem interseccional que considere as dimensões de gênero, raça, classe e idade poderá enriquecer a compreensão dos processos de territorialização e das estratégias de resistência.

Em última análise, considero que os achados desta pesquisa evidenciam que as práticas cotidianas das trabalhadoras terceirizadas de limpeza na UESB se constituem como um verdadeiro ato de gestão do espaço e do tempo, desafiando tanto as estruturas de poder vigentes quanto a lógica da invisibilidade. Seus cotidianos, repleto de desafios, se revelam como um campo de batalha em que cada gesto – por menor que seja – é carregado de potencial transformador. A territorialização dos espaços, construída pela resiliência e criatividade dessas profissionais, traduz-se em um processo simbólico de afirmação, no qual o território não é dado, mas continuamente (re)construído a partir da ação humana.

Este trabalho se torna relevante à medida ultrapassa aquela visão tradicional que considera o ambiente de trabalho apenas como um local destinado à execução de tarefas. Ao evidenciar as múltiplas dimensões envolvidas no cotidiano das trabalhadoras terceirizadas da limpeza, este estudo propõe uma leitura ampliada – uma perspectiva que integra o “fazer do dia a dia” à construção política e simbólica do território. Essa abordagem rompe com os moldes convencionais da administração e possibilita ainda uma nova compreensão de poder, em que a autonomia e a resistência também formam a base da construção de ambientes organizacionais.

Por fim, e não menos significativo, gostaria de encerrar a minha conclusão, agradecendo e reafirmando o mérito e a coragem dessas trabalhadoras terceirizadas, que, em seu cotidiano laboral, transformam física e simbolicamente o espaço institucional em um território de resistência, pertencimento e afeto.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, M. L. S. R.; HERSCHMANN, M. Vida Cotidiana: em torno de Agnes Heller e Michel de Certeau. **Mídia e Cotidiano**, v. 5, n. 5, 2018. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/midiaecotidiano>. Acesso em: 30 jan. 2024.

ALBAGLI, Sarita. **Território e territorialidade**. Territórios em movimento: cultura e identidade como estratégia de inserção competitiva. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004. p. 23-69,

ANDRETA, R. L. Trabalho terceirizado: uma representação da formalidade precária? Da caracterização geral à especificidade do setor de limpeza em Santa Maria/RS no contexto dos anos 2000. [s. l.], 2016. Disponível em: <http://repositorio.ufsm.br/handle/1/6270>. Acesso em: 24 abr. 2025.

ANDRETA, R. L.; CAMPOS, R. S. Por trás da maquiagem: a precarização do trabalho das revendedoras de cosméticos. **Ciências Sociais Unisinos**, v. 52, n. 1, p. 132-134, 2016.

ANGROSINO, M. V. **Realizando Pesquisa Etnográfica e Observacional**. Sage, 2007.

ANTUNES, Ricardo; DRUCK, Graça. A terceirização como regra. **Revista do Tribunal Superior do Trabalho**, v. 79, n. 4, p. 214-231, 2013.

ARJAVA, Antti. **Women and law in late antiquity**. Oxford University Press, 1996.

ASSUNÇÃO, H. S.; MENDONÇA, R. F. A estética política da gambiarra cotidiana. **Revista Compólitica**, Salvador, v. 6, n. 1, p. 92-114, 2016.

BAHIA. **Decreto estadual nº 16.825 de 04 de julho de 2016**. Recredenciamento da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB. Disponível em: <https://leisestaduais.com.br/ba/decreto-n-16825-2016-bahia-recredenciamento-da-universidade-estadual-do-sudoeste-da-bahia-uesb-no-municipio-de-vitoria-da-conquista-ba-na-forma-que-indica> . Acesso em: 18 nov. 2023.

BAHIA. **Decreto estadual nº 7.344, de 27 de maio de 1998**. Dispõe sobre o credenciamento da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/legislacao/78816/decreto-7344-98>. Acesso em: 18 nov. 2023.

BAHIA. **Decreto federal nº 94.250, de 22 de abril de 1987**. Autoriza o funcionamento da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1980-1987/decreto-94250-22-abril-1987-445362-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 18 nov. 2023.

BAHIA. **Lei Delegada nº 12, de 30 de dezembro de 1980**. Extingue e cria entidades de Administração Descentralizada e dá outras providências. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/legislacao/70013/lei-delegada-12-80>. Acesso em: 19 nov. 2023.

BAHIA. **Lei nº 13.429, de 31 de março de 2017**. Altera dispositivos da Lei nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974, que dispõe sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113429.htm. Acesso em: 19 nov. 2023.

BAHIA. **Lei nº 7.176, de 10 de setembro de 1997**. Reestrutura as Universidades Estaduais da Bahia e dá outras providências. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/legislacao/85403/lei-7176-97>. Acesso em: 19 nov. 2023.

BERNARDO, P. **Cotidiano no trike e territorialidades na cidade**. Dissertação (Mestrado em Administração) – Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2015.

BERNARDO, P.; SHIMADA, N. E.; ICHIKAWA, E. Y. O formalismo e o 'jeitinho' a partir da visão de estratégias e táticas de Michel de Certeau: apontamentos iniciais. **Gestão e Conexões**, v. 4, p. 45-67, 2015.

BOM MEIHY, J. C. S. **Manual de história oral**. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

BOM MEIHY, J. C. S.; HOLANDA, F. **História Oral: como fazer, como pensar**. São Paulo: Contexto, 2015. 175p.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 05 out. 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 19 nov. 2023.

BRASIL. **Decreto Lei nº 200 de 25 de fevereiro de 1967**. Dispõe sobre a organização da Administração Federal, estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa e dá outras providências. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto- lei/del0200.htm. Acesso em 15 de março de 2024.

BRASIL. **Emenda Constitucional nº 19, de 4 de junho de 1998**. Altera o regime jurídico dos servidores públicos e dá outras providências. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/emecon/1998/emendaconstitucional-19-4-junho-1998-372816-exposicaodemotivos-148914-pl.html>. Acesso em: 12 mar. 2024.

BRASIL. **Lei complementar nº 101, de 4 de maio de 2000**. Lei de Responsabilidade Fiscal. Disponível em <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/70313/738485.pdf>. Acesso em 20 de janeiro de 2024.

BURRELL, G.; MORGAN, G. **Sociological paradigms and organizational analysis**. London: Heinemann Educational Books, 1979.

BUSSINGUER, E. C. DE A.; ARAÚJO, H. N. DE. Michel de Certeau e as microressistências do herói comum: uma possibilidade de compreender o cotidiano no direito a partir do murmúrio da sociedade. **Revista de Direito da Cidade**, v. 11, n. 4, p. 569–590, 2019.

CABANA, R. D. P. L. **Um estudo sobre as práticas cotidianas e a identidade da Feira do Produtor de Maringá-PR**. Dissertação (Mestrado em Administração) – Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2014.

CABANA, R. D. P. L.; ICHIKAWA, E. Y. As identidades fragmentadas no cotidiano da Feira do Produtor de Maringá. **Organizações & Sociedade**, v. 24, n. 81, p. 285-304, 2017.

CALLEFI, J. S. **O cotidiano e a territorialização dos velhos em um asilo da cidade de Maringá**. Dissertação (Mestrado em Administração) – Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2017.

CALLEFI, J. S.; ICHIKAWA, E. Y. O cotidiano e a territorialização dos idosos em um asilo no norte do Paraná. **RECADM: Revista Eletrônica de Ciência Administrativa**, v.20 n.2 p.350-371 Maio-Ago 2021.

CARONE, M. L. **A precarização do trabalho feminino: impactos da terceirização**. 1. ed., 2013.

CARRIERI, A. P.; SARAIVA, L. A. S.; LIMA, G. C. O.; MARANHÃO, C. M. A. S. Estratégias Subversivas de Sobrevivência na “Feira Hippie” de Belo Horizonte. **Revista Gestão.Org** – Volume 6 – Número 2 – p. 174-192, 2008.

CASTEL, R. **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário**. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

CERTEAU, M. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. Tradução de Lúcia Sá. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

CERTEAU, M.; GIARD, L.; MAYOL, P. **A invenção do cotidiano: 2. Morar, cozinhar**. Petrópolis: Vozes, 2013

CHILLIDA, Manuela de Santana Pi; COCCO, Maria Inês Monteiro. Saúde do trabalhador & terceirização: perfil de trabalhadores de serviço de limpeza hospitalar. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, v. 12, p. 271-276, 2004.

COLE, J. **A exploração do trabalho terceirizado: uma crítica radical à sociedade capitalista**. 1. ed., 2018.

COSTA JUNIOR, V.; CHAGAS, P. B.; OLIVEIRA, J. S. Organização-cidade e território: a territorialidade das pessoas em situação de rua a partir de suas práticas cotidianas. **RECADM: Revista Eletrônica de Ciência Administrativa**, v. 21, n. 1, p. 175-200, jan./abr. 2022. Disponível em: file:///C:/Users/Usuario/Downloads/3320-11708-1-PB.pdf. Acesso em: 28 set. 2024.

COSTA, J. L. **A terceirização e o mercado de trabalho no Brasil: aspectos e impactos**. São Paulo: Atlas, 2018.

COURPASSON, D. The politics of everyday. **Organization Studies**, v. 38, n. 6, p. 843- 859, 2017.

CRESWELL, J. W. **Desenho de pesquisa: abordagens qualitativas, quantitativas e mistas**. 4. ed. Thousand Oaks, CA: Sage, 2013.

DEY, P.; TEASDALE, S. The tactical mimicry of social enterprise strategies: acting 'as if' in the everyday life of third sector organizations. **Organization**, v. 20, p. 1-20, 2015.

DICIONÁRIO BRASILEIRO ON-LINE MICHAELIS. **Conveniência**, 2022. Disponível em <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/conveniência> Acesso em: 30 abr. 2024.

DRUCK, G. A terceirização na saúde pública: formas diversas de precarização do trabalho. **Trab. Educ. Saúde**, Rio de Janeiro, v. 14, supl. 1, p. 15-43, 2016. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1981-7746-sol00023>. Acesso em: 15 set. 2024. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tes/a/ZzrBrfcK75czCSqYzjjhRgk/?format=pdf&lang=pt>.

DRUCK, G.; SENA, J.; PINTO, M. M.; ARAÚJO, S. A terceirização no serviço público: particularidades e implicações. In: **Terceirização do trabalho no Brasil: novas e distintas perspectivas para o debate**, 2018. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/8258/1/Terceiriza%C3%A7%C3%A3o%20do%20trabalho%20no%20Brasil_novas%20e%20distintas%20perspectivas%20para%20o%20debate.pdf. Acesso em: 25 jul. 2024.

DURAN, M. C. G. Maneiras de pensar o cotidiano com Michel de Certeau. **Diálogo Educacional**, v. 7, n. 22, p. 115-128, 2007.

EMERSON, R. M.; FRETZ, R. I.; SHAW, L. L. **Pesquisa de campo: métodos de investigação qualitativa**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2013.

FERNANDES, M. C.; SILVA, L. M. S.; MACHADO, A. L. G.; MOREIRA, T. M. M. **Universidade e a Extensão Universitária: A visão dos moradores das comunidades circunvizinhas**. Educação em Revista | Belo Horizonte | v. 28 | n. 04 | p. 169-193 | dez. 2012.

FISKE, J. **Understanding popular culture**. Routledge, 1989.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir: nascimento da prisão** (R. Ramallete, Trad.). Petrópolis: Vozes. 1987. (Obra original publicada em 1975).

FUINI, L. L. Território: múltiplas abordagens e articulações. **Geografia, Ensino & Pesquisa**, v. 21, n. 1, p. 19-29, 2017. DOI: 10.5902/2236499422589.

FUJIMORI, D. A. S.; ICHIKAWA, E. Y. Práticas cotidianas e processos de territorialização: dando visibilidade à informalidade vivenciada nos semáforos. **Gestão & Regionalidade**, v. 39, p. e20238070, 2023.

GAFFURI, E. L. **Os imigrantes haitianos, seu cotidiano e os processos de territorialização em Cascavel – Paraná**. Dissertação (Mestrado em Administração) – Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2016.

GEMMA, S. F. B.; FUENTES-ROJAS, M.; SOARES, M. J. B. Agentes de limpeza terceirizados: entre o ressentimento e o reconhecimento. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, v. 42, p. e4, 2017.

GIARD, L. História de uma pesquisa. *In*: CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. Petrópolis: Vozes, 2014. p. 9-31.

GODOI, C. K.; MATTOS, P. L. C. L. **Pesquisa qualitativa em estudos organizacionais: paradigmas, estratégias e métodos**. São Paulo: Saraiva, 2006.

GOUVÊA, J. B. **Estudo do cotidiano de pequenos produtores rurais no ambiente da feira livre constituída a partir da gestão cooperativa**. Dissertação (Mestrado em Administração) - Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2014.

GOUVÊA, J. B.; ICHIKAWA, E. Y. Alienação e resistência: um estudo sobre o cotidiano cooperativo em uma feira de pequenos produtores do oeste do Paraná. **Revista Gestão & Conexões**. v. 4, n. 1, 2015.

GUIMARÃES, G. D. **Aspectos da teoria do cotidiano: Agnes Heller em perspectiva**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.

GUIMARÃES, N. S. *et al.* Prevalência e motivos para recusar participação em pesquisa clínica. **Revista Bioética**, [s. l.], v. 24, n. 2, p. 286–291, 2016. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1983-80422016000200286&lng=pt&tlng=pt. Acesso em: 3 maio 2025.

HAESBAERT, R. **Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade**. Porto Alegre, 2004.

HAESBAERT, R. Dilema de conceitos: espaço-território e contenção territorial. *In*: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. (orgs). **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, 2009, p. 95-120.

HAESBAERT, R. Território e multiterritorialidade: um debate. **GEOgraphia**, ano IX, n. 17, p.19-46, 2007.

HAESBAERT, R., LIMONAD, E. O território em tempos de globalização. **ETC: espaço, tempo e crítica**, v. 1, n. 2, 2007.

HARVEY, D. **Spaces of global capitalism: towards a theory of uneven geographical development**. London: Verso, 2006.

HELLER, Agnes. **O cotidiano e a história**. Tradução: Carlos Nelson Coutinho e Leandro Konder. – 11ª ed. – São Paulo/Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016

HONORATO, B. E. F. **Ordem e subversão nas cidades: um estudo sobre a população em situação de rua de Belo Horizonte**. 2014. Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

HONORATO, B. E. F.; SARAIVA, L. A. S. Cidade, população em situação de rua e estudos organizacionais. **Desenvolvimento em Questão**, v. 14, n. 36, p. 158–186, 2016.

Recuperado de <https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/desenvolvimentoemquestao/article/view/321> 7.

HOOKS, B. **Feminist theory**: From margin to center. Pluto Press, 2000.

ICHIKAWA, E. Y.; SANTOS, L. W. Contribuições da história oral à pesquisa organizacional. *In*: SILVA, A.; GODOI, C. K.; MELLO, R. B. (org.). **Pesquisa qualitativa em estudos organizacionais**: paradigmas, estratégias e métodos. São Paulo: Saraiva, 2006. p. 181-205.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/>. Acesso em: 18 nov. 2023.

JOAQUIM, N. F.; CARRIERI, A. P. Construção e desenvolvimento de um projeto de história oral em estudos sobre gestão. **Organizações & Sociedade**, v. 25, n. 85, p. 303- 319, abr./jun., 2018.

KAWULICH, B. B. Observação Participante como Método de Coleta de Dados. **Forum: Qualitative Social Research**, 2005.

KLOZOVSKI, M. L.; ICHIKAWA, E. Y.; ANGNES, J. S. A gestão ordinária na Comunidade Paiol de Telha no Paraná: memórias das lideranças sobre as práticas cotidianas antes da expulsão do território. **Organizações & Sociedade**, 2024, 31(108).

LAPEDRA, A. T. F.; ICHIKAWA, E. Y. Diálogos entre os conceitos de práticas cotidianas, territorialidade e territorialização. **RECSA**, v. v6, p. 49–67, 2017.

LEFEBVRE, H. **A Produção do Espaço**. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

LEITE, R. P. A Inversão do Cotidiano: Práticas Sociais e Rupturas na Vida Urbana Contemporânea. **Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 53, n. 3, p. 737-756, 2010.

LOIZOS, P. Vídeo, filme e fotografias como documentos de pesquisa. *In*: BAUER, M. W.; GASKELL, G. (Eds.). **Pesquisa Qualitativa com texto**: imagem e som: um manual prático. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002, p. 137-155.

LOPES, M. S. O feminino e o trabalho doméstico: paradoxos da complexidade. **Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 3a. Região**. Belo Horizonte, v. 52, n. 82, p. 113- 126, jul./dez. 2010. Disponível em: <https://as1.trt3.jus.br/bd-trt3/handle/11103/27062> . Acesso em: 10 mar. 2025.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. Rio de Janeiro: E.P.U., 2013.

MARCELINO, P; CAVALCANTE, S. Por uma definição de terceirização. **Cadernos CRH**, v. 25, p. 331- 346, 2012.

MAYOL, P. A Conveniência. *In*: CERTEAU, M.; GIARD, L.; MAYOL, P. **A invenção do cotidiano**: morar, cozinhar. Petrópolis: Vozes, 2013. p. 46-69.

MERRIAM, S. B. **Qualitative research: a guide to design and implementation**. San Francisco: Jossey-Bass, 2009.

MINAYO, M. C. S. **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade**. 18. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MOLINA, G. L.; ICHIKAWA, E. Y.; ANGNES, J. S. O que Podemos Aprender com Mulheres Quilombolas? Um Estudo sobre Práticas Cotidianas e o Processo de Territorialização, Desterritorialização e Reterritorialização de uma Comunidade Remanescente Quilombola. **Revista latino-americana de Geografia e Gênero**, v. 13, p. 17-37, 2022.

OLIVEIRA, Josiane Silva de; CAVEDON, Neusa Rolita. Micropolíticas das práticas cotidianas: etnografando uma organização circense. **Revista de Administração de Empresas**, v. 53, p. 156-168, 2013.

ORTEGA, F. A. Michel de Certeau e as ciências sociais: uma linguagem alterada. **Memoria y Sociedad**, v. 20, n. 41, p. 55-70, 2016. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.11144/Javeriana.mys20-41.mccs>.

PORTAL DOS SERVIDOR DE GUARULHOS. A CIPA informa. Divisão Técnica de Segurança e Saúde do Servidor – DTSSS/SESMT: Julho/2023. Disponível em <https://portaldoservidor.guarulhos.sp.gov.br/gallery/images/noticias/imagens/CIPAINFORMA7.pdf>. Acesso em 07 de outubro de 2024.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. 2. ed. São Paulo, SP: Editora Ática, 2003.

REVEL, J. **Diccionario Foucault**. Trad. Horacio Pons. Buenos Aires: Nueva Visión, 2010.

RODRIGUES, F. S.; ICHIKAWA, E. Y. O cotidiano de um catador de material reciclável: a cidade sob o olhar do homem ordinário. **Revista de Gestão Social e Ambiental**, v. 9, n. 1, p. 97-112, 2015.

SALAMON, R. C. Antropología de las prácticas cotidianas: Michel de Certeau. **Chungara: Revista de Antropología Chilena**, v. 48, n. 4, p. 679-689, 2016. SANTOS, M. **O espaço do cidadão**. São Paulo: Nobel, 2000a.

SANTOS, Milton. **Interseccionalidade e Desigualdade no Mercado de Trabalho: O Caso das Mulheres Negras**, 2000b.

SAQUET, M. A. El desarrollo em una perspectiva territorial multidimensional. **Revista Movimentos Sociais e Dinâmicas Espaciais**, v. 2, n. 01, p. 111-123, 2013a.

SAQUET, M. A. **Reflexões sobre o conceito de território e suas relações com os estudos de cultura e identidade**. – Porto Alegre: Imprensa Livre: Compasso Lugar Cultura, 2013b.

SAQUET, M. A. **Abordagens e concepções sobre território**. São Paulo: Outras Expressões, 2013c.

SAQUET, M. A. **Territorialidade e desenvolvimento: uma perspectiva geográfica**. 2. ed. Rio de Janeiro, RJ: Editora da UFRJ, 2013d.

SARTI, C. A. **Gênero, patriarcado e violência**. São Paulo, SP: Editora Unesp, 2004.

SCHWANDT, T. A. Constructivist and Interpretivist Approaches to Human Inquiry. *In*: DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. (Eds.). **Handbook of Qualitative Research**. Thousand Oaks, CA: Sage Publications, 1994. p. 11.

SCOTT, J. C.; MENEZES, M. A. de; GUERRA, L. Formas cotidianas da resistência camponesa. **Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas**, [s. l.], v. 21, n. 1, p. 10– 31, 2002. Disponível em: <https://raizes.revistas.ufcg.edu.br/index.php/raizes/article/view/175>. Acesso em: 24 abr. 2025.

SHIMADA, N. E. Trajetórias anônimas no cotidiano da cidade: a territorialização do bairro Santa Felicidade pelos seus moradores. Dissertação (Mestrado em Administração) – Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2015.

SILVEIRA, Aline da Fonseca Sá e. **Resistência e protagonismo negro no espaço rural brasileiro: um debate sobre a formação dos territórios de quilombo**. 2019. 239 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019. SOUZA-LOBO, E. **A classe operária tem dois sexos**. Fundação Perseu Abramo: 2011.

TRIERWEILLER, A. C.; AZEVEDO B. M. de; PEREIRA V. L. D. do V.; CRUZ, R. M.; GONTIJO, L. A.; SANTOS JÚNIOR, R. L. de F. dos. A estratégia operatória utilizada pelos trabalhadores e o hiato existente entre o trabalho prescrito e o trabalho real. **Revista Gestão Industrial**, [s.l.], v. 4., n. 1, p. 101-115, 2008. Disponível em: <https://periodicos.utfpr.edu.br/revistagi/article/view/34/31> Acesso em: 8 abr. 2025.

TRIVIÑOS, A. N. S. Entrevista semi-estruturada como técnica de coleta de informações. *In*: TRIVIÑOS, A. N. S. (org.) . **Introdução à pesquisa em ciências sociais**. São Paulo: Atlas S. A., 1987. p. 145-158.

TUAN, Y. **Espaço e lugar: a perspectiva da experiência**. São Paulo: Difel, 1983.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA – UESB. Setor de informações funcionais. Vitória da Conquista: UESB, 2024.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA — UESB. **Ações extensionista da UESB**. Página virtual da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, 2024d. Disponível em <https://www.uesb.br/acoes-extensionistas/>. Acesso em: set. de 2024.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA — UESB. **Pró-reitorias (PPG): Projetos de pesquisa**. Página virtual da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, 2024c. Disponível em <http://www2.uesb.br/proreitorias/ppg/projetos-de-pesquisa/>. Acesso em: set. de 2024.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA — UESB. **Pró-reitorias**. Página virtual da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, 2024b. Disponível em <http://www2.uesb.br/proreitorias/ppg/strictu-senso/>. Acesso em: set. de 2024.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA — UESB. **Catálogo de cursos**. Página virtual da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, 2024a. Disponível em <http://catalogo.uesb.br/cursos>. Acesso em: set. de 2024.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA – UESB. **Histórico**. UESB, 2023. Disponível em: <http://www.uesb.br/historico/>. Acesso em 18 de novembro de 2023.

VIEIRA, M. M. F., ZOUAIN, D. M. **Pesquisa qualitativa em administração: teoria e prática**. Rio de Janeiro: FGV, 2004. p. 13-28.

VILAS BOAS, L. F., ICHIKAWA, E. Y. Migrantes cortadores de cana-de-açúcar no Paraná: práticas cotidianas e processos de territorialização em meio ao trabalho precário. **CADERNOS EBAPE.BR**, v. 18, p. 172-183, 2020.

YAMAMOTO, G. C.; ICHIKAWA, E. Y. AS práticas sociais da imigração: o cotidiano da imigração de brasileiros na Dinamarca. **Cad. EBAPE.BR**, v. 21, nº 4, Rio de Janeiro, e2022-0107, 2023.

ZIOLI, E. G. O.; RODRIGUES, F. S.; GAFFURI, E.; ICHIKAWA, E. Y. Práticas cotidianas e processos de territorialização de assentados em Querência do Norte, Paraná. **RAM – Revista de Administração Mackenzie**, São Paulo, 22(2), eRAMG210133, 2021.

APÊNDICES

APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA

Bloco 1: Informações Gerais

Nome e idade

Há quanto tempo trabalha na UESB? Conte a sua história nessa organização.

Bloco 2: Cotidiano de Trabalho e

Territorialização Rotina de trabalho:

Qual a sua rotina de trabalho? Descreva detalhadamente suas atividades diárias.

Quais os horários de trabalho?

quais os espaços da universidade que você costuma limpar?

Relação com o espaço:

Como você se sente em relação ao espaço físico da universidade?

Quais os lugares que você mais gosta e os que você menos gosta de ficar? Por quê?

Você se sente parte do espaço da universidade? De que forma?

Interações sociais:

Quais são as pessoas com quem você mais interage no seu dia a dia de trabalho? (colegas, estudantes, professores, etc.)

Como você descreveria sua relação com outros funcionários, estudantes e professores?

De que forma essas relações impactam seu trabalho diário?

Como são essas relações? Conte momentos bons e momentos ruins.

Em que ocasiões você se sente valorizada pelas pessoas com quem trabalha?

Em que ocasiões você se sente valorizada pelas pessoas com quem trabalha?

Dificuldades e desafios:

Quais as principais dificuldades que você enfrenta no seu dia a dia de trabalho?

Como você busca superar esses desafios e dificuldades?

Bloco 3: Estratégias, Táticas e Resistências**Adaptação ao ambiente:**

Como você se adapta às diferentes situações que surgem no seu trabalho?

Resistências:

Você percebe que existem situações ou regras que você não concorda?

De que forma você expressa suas insatisfações?

Você já enfrentou alguma situação de conflito no trabalho? Como lidou?

Bloco 4: Simbolismo e Territorialização**Identificação com o espaço:**

Você se sente de alguma forma ligada aos espaços que você limpa?

Existem lugares que possuem um significado especial para você?

Práticas simbólicas:

Você realiza algum tipo de ritual ou prática durante o seu trabalho?

Existem objetos que são importantes para você no seu trabalho?

Sentido de pertencimento:

Você se sente parte da comunidade universitária?

De que forma você contribui para a vida da universidade?

Há momentos, lugares ou atividades específicas que fazem você sentir que este espaço é "seu"?

APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Gostaríamos de convidá-la a participar da pesquisa intitulada “Territorialização e Práticas Cotidianas das Funcionárias Terceirizadas da Limpeza: Um Estudo na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), Campus de Vitória da Conquista”, que é orientada da pela professora Elisa Yoshie Ichikawa, da Universidade Estadual de Maringá e operacionalizada por mim, Jaqueline Barreto Santos D’esquivel. O objetivo da pesquisa é “Compreender como ocorre o processo de territorialização de funcionárias terceirizadas da limpeza da UESB - campus de Vitória da Conquista, a partir de suas práticas cotidianas”. Para isto, a sua participação é muito importante, e ela se dará a partir dos seus relatos. A nossa intenção é fazer uma entrevista com você, a partir de perguntas que me permitam entender como vivencia o seu trabalho, a relação com o ambiente universitário e como essas experiências contribuem para o processo de apropriação desses espaços. A pesquisa traz como principal benefício a possibilidade de valorizarmos vozes, muitas vezes esquecidas, que são as das mulheres trabalhadoras terceirizadas, no que diz respeito a suas vivências no trabalho. A pesquisa também pode trazer alguns riscos, pois pode fazer aflorar memórias que causaram dor e sofrimento no seu cotidiano, e isso pode afetá-la emocionalmente. Embora haja esse risco, nossa intenção não é essa, pelo contrário, é escutar e valorizar a fala e o conhecimento das mulheres dentro do ambiente universitário. Caso você se sinta incomodada, em qualquer momento, você tem o direito de interromper a entrevista, não responder às perguntas que julgar inconvenientes e exigir a retirada de sua entrevista da pesquisa. Para minimizar esse risco, você consultará, antes da entrevista, o roteiro de pesquisa, avaliando se irá conceder ou não a entrevista, quais questões irá responder e, caso decida conceder a entrevista, quais questões não irá responder. Você poderá responder as perguntas no local em que escolher, sozinha ou na companhia de outras pessoas, como desejar. A sua participação também poderá se dar a partir de grupos focais, a serem realizadas em local que melhor convier ao grupo, mediante agendamento prévio. Gostaríamos de esclarecer que sua participação é totalmente voluntária, podendo você: recusar-se a participar, ou mesmo desistir a qualquer momento, sem que isto acarrete qualquer ônus ou prejuízo à sua pessoa. Não há despesas pessoais para a participante da pesquisa em qualquer fase do estudo. Também não há compensação financeira relacionada à sua participação, uma vez que ela

será voluntária. Informamos ainda que as informações serão utilizadas somente para os fins desta pesquisa, e serão tratadas com o mais absoluto sigilo e confidencialidade, de modo a preservar a sua identidade. As entrevistas gravadas e o material transcrito ficarão sob responsabilidade da professora Elisa Yoshie Ichikawa. O material transcrito ficará arquivado sem a identificação dos participantes, por tempo indeterminado e as entrevistas gravadas serão excluídas do gravador. E se tiver mais dúvidas ou necessite de maiores esclarecimentos, pode nos contatar nos endereços a seguir ou procurar o Comitê de Ética em Pesquisa da UEM, cujo endereço consta deste documento. Este termo deverá ser preenchido em duas vias de igual teor, sendo uma delas, devidamente preenchida e assinada entregue a você.

Além da assinatura nos campos específicos pelo pesquisador e por você, solicitamos que sejam rubricadas todas as folhas deste documento. Isto deve ser feito por ambos (pelo pesquisador e por você, como participante da pesquisa) de tal forma a garantir o acesso ao documento completo.

Eu,..... declaro que fui devidamente esclarecido e concordo em participar VOLUNTARIAMENTE da pesquisa coordenada pela mestrandia Jaqueline Barreto Santos d'Esquivel.

_____Data:..... Assinatura do entrevistado

Eu, Jaqueline Barreto Santos d'Esquivel, declaro que forneci todas as informações referentes ao projeto de pesquisa supra-nominado.

_____Data:.....

Assinatura do pesquisador: Jaqueline Barreto Santos d'Esquivel e-mail:

jaquelinebarreto@uesb.edu.br

Telefone: 77 99197-8545

Qualquer dúvida com relação à pesquisa poderá ser esclarecida com o pesquisador, conforme o endereço abaixo:

Nome: Jaqueline Barreto Santos d'Esquivel

Endereço: Avenida Primavera, nº 2152, Bairro Primavera, Vitória da Conquista – BA, CEP: 45012-410

Telefone: (77) 98862-3919

E-mail: jaquelinebarreto@uesb.edu.br

Qualquer dúvida com relação aos aspectos éticos da pesquisa poderá ser esclarecida com o Comitê Permanente de Ética em Pesquisa (COPEP) envolvendo Seres Humanos da UEM, no endereço abaixo:

COPEP/UEM

Universidade Estadual de Maringá.

Av. Colombo, 5790. UEM/PPG - sala 4

Maringá – PR 87020-900

Telefone: (44) 3261-4444

E-mail: copep@uem.br